

ALESSANDRO JOCELITO BECCARI

UMA TRADUÇÃO DOS CAPÍTULOS SOBRE A CLASSE DO VERBO DA *GRAMÁTICA
ESPECULATIVA* DE TOMÁS DE ERFURT

Monografia de conclusão do curso de Bacharelado em Latim com ênfase em Estudos Lingüísticos do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Rodrigo Tadeu Gonçalves

CURITIBA
2007

RESUMO

Esta monografia visa a produzir uma introdução e uma tradução anotada de parte de uma obra de grande relevância na história do pensamento ocidental ainda inédita em língua portuguesa: *A Gramática Especulativa* de Tomás de Erfurt. A secção sobre o verbo, contida nessa gramática, é aqui traduzida. O objetivo específico dessa tradução e do aparato crítico que a acompanha é o de efetuar um estudo introdutório de um dos aspectos da gramática de Thomas de Erfurt: seu tratamento da classe dos verbos. Esse estudo introdutório é de caráter duplo: uma exploração do horizonte histórico-filosófico da *Gramática Especulativa* de Thomas de Erfurt e um exame lingüístico da teoria modista que é transmitida na secção da gramática aqui traduzidas. A parte histórico-filosófica da introdução situa a gramática de Thomas de Erfurt ao levar em conta alguns dos desenvolvimentos relevantes nos estudos da linguagem efetuados pelos seus antecedentes históricos. Depois desse capítulo introdutório, há uma tradução anotada, que é uma tentativa de fazer a terminologia empregada pelo autor em sua gramática mais clara para o leitor.

Palavras-Chaves: História da Lingüística; Gramática Especulativa; Metalinguagem; Classe do Verbo

ABSTRACT

The goal of this monograph is to produce a study guide and an annotated translation of part of a work of great interest for the history of western thought which has not so far been translated into the Portuguese language: *The Speculative Grammar* of Thomas of Erfurt. The section on the verb of this grammar has been translated here. The specific objective of this translation and its critical apparatus is to carry out an introductory study of one of the aspects of Thomas of Erfurt's grammar: its treatment of the word class of the verb. This introductory study is twofold in character: an exploration of the historical and philosophical background of the *Speculative Grammar* of Thomas of Erfurt and a linguistic examination of the modistic theory as conveyed by the section of the grammar here translated. The historic philosophic part of this introduction situates the grammar of Thomas of Erfurt by taking into account some relevant developments achieved in language studies by its historical antecedents. After this introductory section there is an annotated translation, which is an attempt to make the terminology used by the author in his grammar clearer to its reader.

Keywords: History of Linguistics; Speculative Grammar; Metalanguage; Verb Class.

SUMÁRIO

RESUMO.....	ii
ABSTRACT.....	iii
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 A GRAMÁTICA ESPECULATIVA DE TOMÁS DE ERFURT.....	5
1.1.1 Os modos de significar.....	6
1.1.2 A metalinguagem.....	8
1.2 O VERBO.....	16
1.2.1 Os modos essenciais do verbo.....	20
1.2.2 Os modos subalternos do verbo.....	21
1.2.3 Os modos acidentais do verbo.....	23
1.3 SOBRE ESTA TRADUÇÃO PARA O PORTUGUÊS DO CAPÍTULO REFERENTE À CLASSE DOS VERBOS DA <i>GRAMÁTICA ESPECULATIVA</i> DE TOMÁS DE ERFURT.....	26
2 TRADUÇÃO PARA O PORTUGUÊS DO CAPÍTULO REFERENTE À CLASSE DOS VERBOS DA <i>GRAMÁTICA ESPECULATIVA</i> DE TOMÁS DE ERFURT	31
3 CONCLUSÃO.....	64
REFERÊNCIAS.....	66
DOCUMENTOS CONSULTADOS.....	67

1 INTRODUÇÃO

Entre 1260 d.C. e as primeiras décadas do século XIV, um novo gênero de gramáticas surge na França e no norte da Europa: as gramáticas especulativas. Tais gramáticas são também conhecidas como tratados sobre os modos de significar e seus gramáticos, devido à denominação desses tratados (*Dos modos de significar*), são chamados de modistas. Pelo mesmo motivo, a teoria gramatical dos modistas recebe o nome de modística.

Esses lingüistas medievais buscaram dar um embasamento filosófico-aristotélico à herança gramatical de base morfológica que lhes havia sido legada pela Antigüidade tardia, particularmente nas obras de Donato (350 d.C.) e Prisciano (500 d.C.) (BURSILL-HALL, 1972, p. 17). O que distingue os modistas dos estudiosos que se debruçaram sobre o problema da linguagem e que imediatamente os antecederam é o fato de terem aplicado a lógica à linguagem em sua explanação dos fatos da língua e, para alcançar esse fim, de terem utilizado o arsenal teórico-metodológico da metafísica que lhes era contemporânea. Segundo o capítulo introdutório à tradução bilíngüe em língua inglesa de Bursill-Hall, o caráter singular das gramáticas produzidas pelos modistas reside na sua satisfação de certos critérios de cientificidade. Tal cientificidade se reflete, por exemplo, no esforço dos gramáticos modistas em aplicarem sua base teórica às categorias lexicais que lhes legara a tradição gramatical tardo-latina (*id.*).

Em sua preocupação metodológica, o trabalho desse período se mostra diferente de tudo que até então havia sido produzido no campo dos estudos da linguagem desde os gregos antigos. Um dos motivos que faz com que as inovações modistas sejam revolucionárias é o fato de não haver ocorrido nenhum outro esforço com traços tão nítidos de cientificidade nos quase mil anos de história dos estudos da linguagem que as antecederam. Além disso, Michael A. Covington (1984, p. 1) atribui aos modistas o desenvolvimento de uma elaborada teoria sintática, de que a posteridade teria herdado noções tais como as de dependência e de regência. Em vista dessas inovações, a pesquisa sobre esse período do pensamento lingüístico parece ser relevante.

Para se refletir sobre a importância da modística é necessário ter em mente três fatores: os desenvolvimentos que culminaram nas gramáticas produzidas durante o renascimento carolíngio do século IX, a redescoberta da dialética iniciada por Pedro Abelardo, no séc. XI, e a obra dos comentaristas medievais das gramáticas de Prisciano e

Donato, textos que, no decorrer de toda a Idade Média, representaram o padrão de correção do latim clássico. Desses três fatores, o primeiro, que representa a redescoberta de Aristóteles, parece ser o elemento de maior importância no surgimento das gramáticas filosóficas dos sécs. XIII e XIV. Isso se deve ao fato de, como se viu acima, Aristóteles ter dado as bases lógico-metafísicas sobre as quais a teoria modista construiria seu edifício especulativo. Para o movimento modista, o cerne desses fundamentos consiste nas idéias de Aristóteles sobre a linguagem, que estão presentes na *Metafísica*, no *De Anima*, na *Poética* e, principalmente, no *Organon*, em que estão compendiados os textos aristotélicos sobre lógica. Exemplo da importância da obra de Aristóteles no movimento modista é a clara influência que este sofre das idéias contidas no *Da Interpretação*, *De Interpretatione*, um dos tratados que compõe o *Organon*. É no *Da Interpretação* que Aristóteles define algumas das idéias que seriam desenvolvidas pelos modistas no final do séc. XIII, tais como a relação direta entre o mundo e a mente, as convenções dos sons que formam as palavras, a gramática universal e a diferença entre significação e valor de verdade, que podem ser observadas na citação a seguir:

Antes de nada hay que exponer qué es un nombre y qué es un verbo (*rhêma*) y, a continuación, qué es una negación, qué una afirmación, qué una declaración y qué un enunciado. Así, pues, lo <que hay> en el sonido (*phonêi*) son símbolos de las afecciones <que hay en el alma, y la escritura (*tà graphómèna*) <es símbolo> de lo <que hay> en el sonido. Y, así como las letras (*grámmata*) no son las mismas para todos, tampoco los sonidos son los mismos. Ahora bien, aquello de lo que esas cosas son signos (*semèta*) primordialmente, las afecciones del alma, <son> las mismas para todos, y aquello de lo que estas son semejanzas, las cosas, también <son> las mismas. (ARISTÓTELES, 1995, p.35-36)

Como se verá com mais detalhes na próxima seção desse capítulo introdutório, a gênese da Gramática Especulativa (doravante *G.E.*) de Tomás de Erfurt (doravante TE) está intimamente vinculada ao lento processo de re-assimilação do pensamento aristotélico e de interpretação da gramática de Prisciano pelo Ocidente sob a luz desse pensamento. Essa lentidão se deve ao fato de, antes do século XIII, a Europa Ocidental só conhecer a obra de Aristóteles indiretamente, através de Boécio (séc VI) e de fragmentos que haviam sido traduzidos para o latim, com frequência de manuscritos árabes, alguns dos quais apócrifos. O contato dos modistas com o pensamento grego se deu, portanto, de forma indireta. Assim, as fontes centrais que sustentaram as idéias modistas sobre a linguagem foram: 1) a tradição

gramatical grega que lhes havia sido transmitida pelos tardo-latinos e árabes; 2) seus próprios conceitos metafísicos, que, por sua vez, deviam sua origem a reflexões cristãs sobre o pensamento greco-árabe também de raiz aristotélica (BURSILL-HALL, 1972, p. 12). O contato direto dos filósofos medievais com os trabalhos de Aristóteles só se deu a partir do momento em que os europeus começaram a ler e traduzir a obra aristotélica diretamente do grego e isso só aconteceu no final do período medieval. Dessa forma, Aristóteles foi a influência principal, embora indireta, da modística e a intensificação da atividade gramatical, no séc. XIII, coincide com o reencontro da Europa com Aristóteles. Esse reencontro se deu através de textos que tinham sido recentemente traduzidos para o latim e pela leitura de comentários de pensadores árabes e judeus sobre a obra desse pensador grego. O fato de a gramática passar a ser pesquisada através dos recursos da lógica e da metafísica é um dos frutos desse contato dos medievais com o pensamento aristotélico. Um exemplar dessa aplicação da lógica aos estudos da linguagem é *O Gramático* de Anselmo de Aosta (séc. XI), em que se discute se a palavra “gramático” refere-se a uma substância ou à qualidade de uma substância—em termos modistas, se a palavra “gramático” significa por meio do modo de estar-por-si-mesmo e é um nome substantivo, ou pelo modo de aderir a outro e é um nome adjetivo— (ANSELMO, 1979, p. 174).

Em resumo, a aproximação do ocidente medieval com a obra de Aristóteles resultou na necessidade de uma sistematização lógico-filosófica da linguagem, o que não acontecera por cerca de um milênio. A parte mais intensa desse trabalho de elaboração de uma teoria lingüística durou cerca de 80 anos (1270-1350) e ocupou três gerações de pesquisadores. O resultado desse esforço se materializou em 160 manuscritos, dentre eles 12 gramáticas, que sobrevivem até hoje como testemunhas de seu valor para a história do pensamento lingüístico. Dessas 12 gramáticas, a *Grammatica Speculativa* de TE é sem dúvida a mais representativa. Por ter sido escrita no início do século XIV, a *Grammatica Speculativa* de TE proporciona ao leitor moderno a observação não somente das características próprias do gênero a que pertencem as gramáticas filosóficas, mas também um exemplo do trabalho de TE comparado aos desenvolvimentos que o antecederam. Como resultado disso, o estudo dessa gramática proporciona a visão de uma teoria plenamente amadurecida.

Boa parte da produção intelectual medieval escrita consiste em comentários a autores consagrados. A formação acadêmica medieval exigia que os futuros professores escrevessem comentários desse tipo. Dentre esses comentaristas, que começaram a se tornar

comuns a partir do séc. XI, muitos não se limitavam apenas a repetir as lições dos mestres, mas iam muito além: com base nos assuntos comentados, desenvolviam idéias novas e até mesmo teciam fortes críticas aos autores que os haviam antecedido. Guilherme de Conches (1154), *apud* Covington (1984), um importante comentarista medieval, escreveu um comentário à gramática de Prisciano (500) em que questionou o trabalho deste gramático tardo-latino pelo fato de não haver nele justificativas convincentes quanto à classificação de palavras em categorias gramaticais. De fato, as obras dos últimos romanos não são mais que adaptações para o latim dos modelos descritivos para a língua grega da gramática da tradição da *Techne Grammatike* de Dionísio da Trácia, (CHAPANSKI, 2003). Um outro comentador de Prisciano, Pedro Helias (1150), formulara as bases da teoria que encontraria seu pleno florescimento no movimento modista do séc. XIII. Tais princípios se referem ao método que Pedro Helias julgava imprescindível na pesquisa lingüística e que se resume a dois pontos centrais: as idéias sobre a linguagem devem ser apresentadas com coerência e a gramática deve ter autonomia em relação à lógica. Essa distinção de Helias entre lógica e gramática é importante porque pela primeira vez se pensa o estudo da linguagem como disciplina independente. Para Pedro Helias, enquanto o cálculo das proposições caberia à lógica, o estudo da congruência e incongruência das expressões seria tarefa da gramática. É bom salientar, entretanto, que essa distinção não significa que os modistas abriam mão da lógica em seu trabalho de análise sobre a linguagem. Muito pelo contrário, como se verá nas seções seguintes deste trabalho, os modistas fizeram amplo uso das noções contidas na lógica aristotélica no seu estudo das classes de palavras. Para esse fim, em sua sintaxe, por exemplo, os modistas remeteram-se à teoria da predicação que também se encontra no conjunto das obras aristotélicas sobre lógica, que a tradição consagrou com o título de *Organon*.

Roger Bacon (início do séc. XIII) acrescentaria um terceiro princípio ao método de Pedro Helias: os problemas de cada língua são secundários em relação aos problemas comuns a todas as línguas. Nas palavras de Bacon *apud* Bursill-Hall (1971, p. 30): “embora varie acidentalmente, a gramática é essencialmente a mesma em todas as línguas” (*grammatica una et eadem est secundum substantiam in omnibus linguis, licet accidentialiter varietur*). Portanto, a idéia de uma gramática universal é um dos pressupostos históricos da *G. E.* de TE (1310). Para a teoria modista, o estudo da Gramática que antecede todas as gramáticas é a pesquisa do que é geral em todas as línguas. Como resultado disso, os gramáticos especulativos, herdeiros da tradição escolástica, acreditam que a explanação dos

fenômenos lingüísticos gerais independe das particularidades de cada idioma e pode ser obtida através de regras que fazem sentido num sistema lógico-metafísico coerente.

Neste estudo e tradução dos capítulos sobre o verbo da *G.E.* de TE (1310), será discutida a metalinguagem específica empregada por TE e sua gramática. A seguir, o verbo será apresentado, em linhas gerais, de acordo com a teoria da *G.E.* de TE.

1.1 A GRAMÁTICA ESPECULATIVA DE TOMÁS DE ERFURT

A gramática especulativa é um dos gêneros de literatura gramatical que floresceram entre 1100 e 1450 no Ocidente, especificamente na França e no norte da Europa. São conhecidos os nomes de 30 autores e de cerca de 100 tratados e comentários sobre os modos de significar, muitos dos quais permanecem anônimos. Além disso, há também um número considerável dos chamados “doutriniais” ou comentários sobre Donato e Prisciano e que apresentam forte influência do pensamento modista (BURSILL-HALL, 1995, p.132). Em vista dessa abundância de manuscritos, pode-se dizer que o estudo do modismo é importante para a compreensão do desenvolvimento dos estudos da linguagem no medievo tardio¹.

Dentre os gramáticos modistas, cinco deles despontam como mais representativos do movimento (as datas prováveis da escrita de seus tratados seguem seus nomes, em parênteses): Boécio da Dácia (1270), Martinho da Dácia (1285), Michel de Marbais (1280), Alberto (1285), Siger de Courtrai (1300), Radulfo Brito (1300) e TE (1310). Esses cinco gramáticos são, convenientemente, divididos em três grupos: Boécio e Martinho, dinamarqueses, que deram início ao movimento; Michel, Alberto e Siger, que consolidam as

¹ De acordo com ROSIER (1981, p.49), os textos mais importantes dos modistas—que são as obras de João, Martinho, Simão e Boécio da Dácia—tiveram sua edição na coleção intitulada *Corpus philosophorum danicorum medii aevi*, respectivamente, nos seguintes volumes: I (editado por A.Otto em 1955), II (editado por H. Roos em 1961), III (editado por A.Otto em 1963), IV (editado por J. Pinborg e H. Roos em 1969). As *Questiones Alberti de modis significandi* foram editadas por L.G. Kelly (Benjamins, 1977). As obras que foram consideradas menos originais têm recebido edições ao longo das últimas décadas. A *Grammatica speculativa* de Tomás de Erfurt foi editada e traduzida por Bursill-Hall (Longman, 1972). A *Summa modorum significandi* de Siger de Cortraco foi reeditada por Jan Pinborg (Benjamins, 1977). As *Questiones super Priscianum minorem* de Radulphus Brito foram editadas em 1980 por Heinz W. Enders e Jan Pinborg. Dentre os textos pré-modistas, *Summa super Priscianum constructionum* de Pedro Helias, o Comentário sobre Prisciano Menor, atribuído a Robert Kilwardby e as *Notulae super Priscianum Minorem* de Jordan da Saxônia foram editados nos Cahiers de l’institut du Moyen Age Grec e Latin, respectivamente, nos cadernos 27-28, 15 e 36. A *Summa grammatica* de Roger Bacon foi editada por R. Steele em 1909 (Oxford University Press) e o *Tractatus de Grammatica*, falsamente atribuído a Roberto Grosseteste, foi editado por K. Reichl em 1976. Além disso, é possível citar as edições de Thurot de 1869. Para um bibliografia mais completa sobre o assunto, pode-se consultar os artigos de L.G. Kelly sobre o assunto, que foram escritos nos finais da década de 1970. Finalmente, a revista *Historiografia Linguística* tem dois números inteiramente dedicados à gramática medieval: um sobre os carolíngios (1993, vol. XX:1) e outro sobre os modistas (1980, vol VII: 1/2).

idéias originais de seus antecessores; Radulfo e Tomás. Radulfo completa o programa modista com a criação de uma base teórica para a sua sintaxe. No fim do movimento, TE escreve um manual gramatical que sintetiza de maneira organizada as idéias principais que os modistas anteriores haviam desenvolvido. Depois do trabalho de TE (1310) não houve mais nenhum avanço representativo na pesquisa modista, embora a influência da modística continuou ainda nos séculos seguintes. Nesse sentido, embora seja possível que TE não foi o autor mais original desta escola, sua gramática é um trabalho que aparece no final do auge do modismo e é considerado o texto mais representativo desse movimento (BURSILL-HALL, 1995, p.132).

1.1.1 O modos de significar

Para a teoria modista, existe uma relação íntima entre a realidade, as operações da mente e sua expressão lingüística. Nesse sentido, a realidade é unívoca e a mente tem o poder de perscrutar com relativo sucesso a natureza do real. Uma das conseqüências dessa maneira de entender a relação entre a mente e o mundo é que a gramática passa a ser entendida como o estudo da formação de conceitos que refletem a realidade. Assim, para os modistas, uma vez que a inteligência é capaz de conhecer a estrutura interna do universo, então também deve existir uma linguagem que comunique esse entendimento. É por isso que, para esses gramáticos, a necessidade de parâmetros gramaticais não pode coexistir com a idéia de que os fatos da língua devam-se ao acaso ou sejam frutos de convenções sem explicação lógica. Como resultado disso, para os modistas, para que o estudo da linguagem seja possível, é necessário que se postule a existência de uma gramática universal.

Na visão de mundo acima sumarizada, o universo apresenta uma diversidade de modos de ser (*modi essendi*). Proporcionalmente a esses modos de ser, há também, dormentes na alma humana, modos de entender (*modi intelligendi passivi*), capazes de serem ativados por uma certa quantidade de energia mental (*ratio intelligendi*). Essa energia ou disposição mental ativa esses modos passivos e dispõe a mente para entender os modos de ser (*modi essendi*) manifestos nas diferentes propriedades das coisas (*proprietaes rerum*). Em outras palavras, a partir do encontro da mente com um dado inteligível, a disposição mental correspondente (*ratio intelligendi*) proporciona a força necessária para que um entendimento virtual de uma propriedade (*modus intelligendi passivus*) torne-se um entendimento real dessa propriedade (*modus intelligendi activus*). Por trás da distinção entre os dois modos de

entender (*activus* e *passivus*), vê-se claramente o emprego que os modistas fazem da dicotomia aristotélica ato-potência. Como se viu acima, essa é uma distinção que a Idade Média herdou de Aristóteles, mais precisamente de sua leitura da *Metafísica*. O diagrama seguinte tenta exemplificar essas fases da produção do entendimento a partir da impressão mental:

DIAGRAMA 1 - A MENTE, A DISPOSIÇÃO, OS MODOS E O MUNDO

Mente	Modo de entender Disposição de entender
Mundo	Modo de ser entendido Modo de ser

Em seguida dá-se a passagem do entendimento para a linguagem. Essa transição ocorre da seguinte forma: de posse de um conceito (um entendimento), a mente seleciona uma *vox*, uma emissão sonora qualquer, e lhe atribui o significado correspondente. Ao tornar-se *vox significativa*, “vocalização significativa”, esse som corresponde a uma *dictio*: uma palavra. O processo de atribuição de significado a um som é semelhante ao esquema descrito na tabela acima. Da mesma forma que, no processo da formação dos conceitos, é disponibilizada na mente um quantum de energia de entender (*ratio intelligendi*). Da mesma forma, na atribuição de significado a um som, existe uma disposição de significar (*ratio significandi*) para que as *voces* (os sons) tornem-se *dictiones* (palavras). A *dictio* (a palavra) não é um elemento funcional da língua. Para que isso aconteça, é necessário que a capacidade de co-significar (*modus consignificandi activus*) seja, como foi visto nos casos anteriores, ativada por uma determinada disposição mental (*ratio consignificandi*). Essa ativação do seu potencial de co-significar transforma a *dictio* em uma *pars orationis* (parte do discurso) que é capaz de exercer uma função sintática na frase. Na tabela abaixo, os elementos da língua são associados aos modos que lhes podem ser atribuídos:

DIAGRAMA 2 - OS ELEMENTOS DA LÍNGUA E OS MODOS

Elementos da língua	som (<i>vox</i>)	palavra (<i>dictio</i>)	classe de palavras (<i>pars orationis</i>)
Modos	De entender (<i>intelligendi</i>)	De significar (<i>significandi</i>)	De co-significar (<i>consignificandi</i>)

O aspecto central da *G.E.* de TE é a *pars orationis*. A *dictio* tem o potencial de se tornar parte do discurso e, como resultado, tornar-se parte de uma construção no jogo sintático. Dada a importância da *pars orationis* como elemento funcional do discurso, toda a reflexão gramatical converge na direção precisa de sua funcionalidade. Ou seja, a modística de TE é uma tentativa de dar conta do processo que vai da *vox* (som), passa pela *dictio* (palavra) e culmina na *pars orationis* (parte do discurso).

1.1.2 A metalinguagem

A *G.E.* de TE, no que diz respeito a sua divisão de assuntos, é um exemplo típico de uma gramática modista. Ela se divide em três partes principais: *prooemium* (metalinguagem), *etymologia* (descrição das classes de palavras) e *diasyntheticica* (sintaxe). No *prooemium*, TE apresenta o vocabulário técnico e altamente especializado que emprega em seu texto.

O entendimento de certos conceitos elementares da metafísica e da lógica medieval é vital para a compreensão da terminologia gramatical empregada não só pelos modistas, mas também por todos os gramáticos medievais. Essas disciplinas filosóficas se derivam especialmente do pensamento aristotélico. Como se mencionou acima, é peculiar a esse pensamento uma riqueza de termos que representam distinções como forma-matéria, substância-acidente, ato-potência, mudança-permanência, ente-essência, gênero-espécie. Os modistas fizeram um uso intenso e variado desses conceitos tanto para estabelecer distinções entre classes de palavras quanto para diferenciar as categorias de sua metalinguagem. A dicotomia forma-matéria, por exemplo, é usada, por um lado, para explicar a diferença entre o verbo e o particípio² e, por outro, para estabelecer a distinção entre a palavra (*dictio*) e a

² O verbo e o particípio têm a mesma matéria e formas distintas, já que tanto o verbo quanto o particípio significam a propriedade da mudança e da sucessão (o aspecto verbal), que é sua matéria. Todavia, enquanto o particípio pode funcionar como nome substantivo ou adjetivo e, portanto, pode ser formalmente identificado com

classe de palavra (*pars orationis*). A palavra e a classe de palavras teriam um aspecto em comum: a expressão (*vox*), que seria sua matéria comum. A diferença “formal” entre as duas seria devida ao fato da palavra ter tanto a possibilidade de ser significada (*ratio significandi*), quanto o potencial de ser co-significada (*ratio consignificandi*), i.e., de representar uma classe de palavras e participar de uma sentença. De fato, TE emprega a dicotomia matéria-forma em grande parte de sua gramática.

Fundamentados no ideário metafísico corrente, os modistas entendem que as coisas do mundo possuem várias propriedades (*modi essendi*). Do ponto de vista da mente, essas várias propriedades possuem diversas maneiras potenciais de serem entendidas (*modi intelligendi passivi*). O intelecto percebe ativamente essas propriedades por meio de seus modos mentais de entender (*modi intelligendi activi*). Assim, a mente entende essas propriedades reais por meio de seus modos mentais de entender. Tais modos são capazes de apreender (atualizar) essas propriedades do mundo, as quais são potencialmente apreensíveis pelo intelecto.

Entretanto, a apreensão intelectual não tem uma relação direta com a linguagem: as coisas podem ser percebidas, entendidas e não serem nomeadas. Em um segundo momento, a mente impõe modos de significar (*modi significandi activi*) a determinados sons—as vocalizações (*voces*)—e, assim, as propriedades das coisas passam a ser significadas por meio de palavras. Ou seja, a mente designa vocalizações para os modos de entender e, nesse sentido, as expressões passam a significar as propriedades das coisas ao assumirem o estatuto de palavras. Em um terceiro momento, a palavra isolada é identificada como membro de uma classe de palavras (*pars orationis*) e como tendo o potencial (*ratio consignificandi*) de colaborar na construção de uma oração.

A interação entre o mundo, a mente e a linguagem, descrita acima, demonstra que, para TE e sua escola, existe uma completa interdependência entre a linguagem e a estrutura da realidade. Além disso, nessa interdependência, é a mente que fornece a ligação entre as coisas e o que se pode dizer delas. A mente é capaz de fazer essa ponte graças a sua habilidade de perceber, significar e tornar funcionais as propriedades das coisas na linguagem. TE identifica as oito classes de palavras como o produto final desse processo. Ademais, na exposição de sua metalinguagem, o autor da *G.E.* demonstra que os modos de significar tanto

o nome, o mesmo não se dá com o verbo. Por exemplo, em latim, o particípio do verbo “correr”, *currens*, pode significar “correndo”, “aquele que corre” e “corredor”, i.e., tem uma natureza verbo-nominal. Dessa maneira, os modistas explicam a diferença essencial entre essas duas classes ao atribuírem uma similaridade material (a matéria verbal) entre o particípio e o verbo e uma distinção formal entre eles (a natureza nominal).

permitem a distinção das propriedades das coisas que são designadas pelas classes de palavras quanto explicam a sua interação sintática.

Não é difícil de se observar, no rápido resumo do funcionamento do sistema modista supra-apresentado, que duas das dicotomias mencionadas anteriormente estão implícitas na compreensão desse sistema: ato-potência e matéria-forma. Os modistas entendem que as propriedades do mundo são passíveis de serem entendidas pela mente e significadas pela linguagem (potência): a mente tem o potencial de entender e a linguagem de dar significado às propriedades do mundo. Os modistas entendiam que o mundo em si mesmo é indiferente aos processos mentais. Ou seja, na mente haveria modos de entender e de significar (potências) que poderiam ser ativados (passar ao ato) pelo contato com as propriedades do mundo. Portanto, na mente existiria uma relação dicotômica entre o entendimento virtual das propriedades das coisas do mundo (entendimento em potencial das diversas possibilidades ou modos das propriedades serem entendidas) e a capacidade da mente de entender essas propriedades (as atualizações de algumas dessas possibilidades ou modos de ser entendidos que correspondem aos modos de entender). Da mesma forma, para cada modo de ser entendido corresponderia um modo de significar. No entanto, muitos modos de ser entendido não chegam a ser expressos por meio da linguagem e, portanto, há sempre um número menor de modos de significar do que de modos de ser entendido³.

Essa diferenciação entre *passivus* e *activus* fica clara quando se observa a distinção entre os modos de ser entendido (passivos) e os modos de entender (ativos) e entre os modos de ser significado (passivos) e os modos de significar (ativos): os modos passivos representam sempre as disposições de entendimento ou significação que a mente tem em

³ Noam Chomsky, em seu livro *Linguística Cartesiana* (1972, p. 46), menciona a presença das noções de estrutura profunda e estrutura de superfície na Gramática de Port-Royal e as ilustra com uma sentença-exemplo retirada dessa gramática: “Dieu invisible a crée le monde visible” (Deus invisível criou o mundo visível). Chomsky transcreve o seguinte trecho (da p.68) da Gramática de Port-Royal. (...) quando digo *Deus invisível criou o mundo visível*, há três juízos (proposições simples) em meu espírito contidos nesta proposição (complexa). Porque primeiramente julgo que *Deus é invisível*, 2. *que ele criou o mundo*, 3. *que o mundo é visível*. Destas três proposições, a segunda é a principal e a essencial da proposição. Mas a primeira e a terceira são somente incidentais e só fazem parte da principal, da qual a primeira constitui o sujeito e a segunda o atributo. Chomsky comenta essa passagem da seguinte forma: (...) a estrutura subjacente à proposição *Dieu invisible a crée le monde visible* consiste em três proposições abstratas, cada qual exprimindo um certo julgamento simples, embora sua forma superficial exprima somente a estrutura sujeito-atributo. Evidentemente, esta estrutura profunda é somente implícita; não é expressa mas somente representada no espírito: “ora essas proposições incidentais estão muitas vezes em nosso espírito sem ser expressas por palavras, como no exemplo proposto (viz., Deus invisível criou o mundo visível)” (CHOMSKY, p.46.). Guardadas as devidas diferenças, os modos de ser entendido (*modi intelligendi passivi*) são os equivalentes medievais desses juízos espirituais (proposições simples de tipo “S + P” (“sujeito + predicado”) a partir das quais seriam construídas proposições complexas), já os modos de significar (*modi significandi activi*) correspondem às formas superficiais das expressões vocais estudados pelos gramáticos de Port-Royal.

relação às propriedades das coisas. Os modos ativos são as atualizações dessas disposições que dão origem a conceitos, no intelecto, e a expressões significativas, na linguagem. Além dessa diferenciação entre os modos de significar e de ser significado na aplicação da distinção ato-potência, há também outras duas diferenciações: uma de forma, entre os modos de ser, de entender e de significar, e uma de matéria, entre os modos passivos. Essas distinções são apresentadas no diagrama a seguir:

DIAGRAMA 3 - MODOS, MATÉRIA E FORMA

modo	matéria	Forma
de ser	propriedade da coisa	disposição de ser
de entender	propriedade do intelecto	disposição de entender
de ser entendido	propriedade da coisa	disposição de ser entendida
de significar	propriedade da expressão	disposição de significar
de ser significado	propriedade da coisa	disposição de ser significada

Fonte: BURSILL-HALL, 1972, p.32

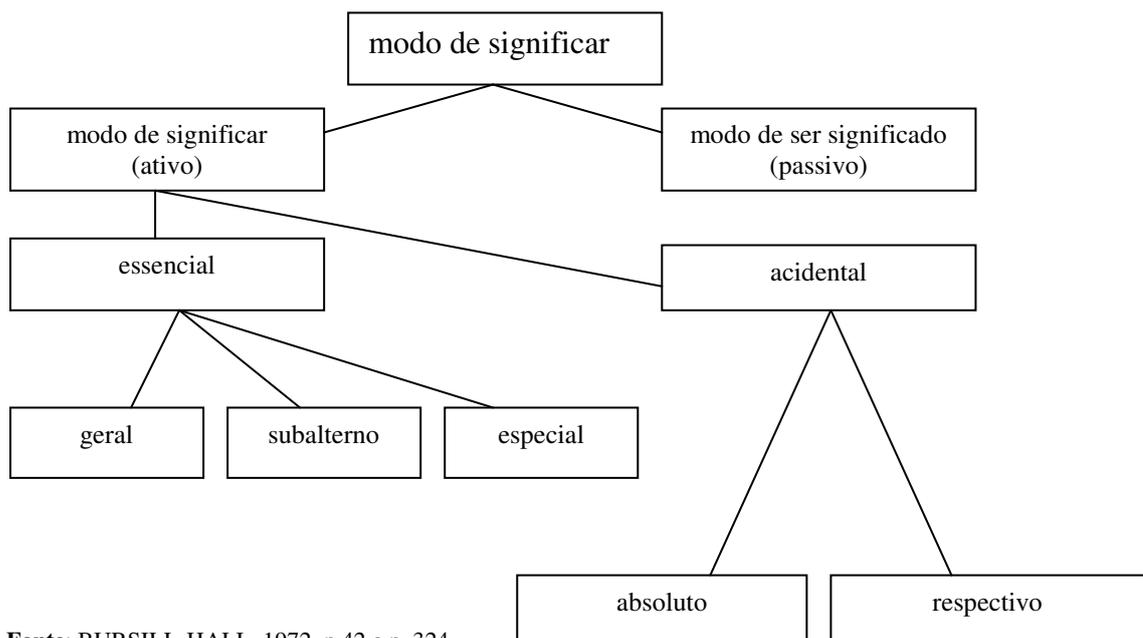
Como se vê acima, nos modos de entender e significar há uma diferença de matéria e há uma similaridade de forma entre o modo passivo e o ativo. Entre o modo de ser e os modos passivos de ser entendido e os modos passivos de ser significado há uma similaridade de matéria. No diagrama, na coluna encabeçada pela forma, resolveu-se traduzir *ratio*, como em *ratio intelligendi*, por disposição. A *ratio*, como se mencionou anteriormente neste trabalho, é uma espécie de quantidade de energia que as coisas têm para que possam existir e é também a força que o intelecto e a linguagem possuem para entender e dar significado às propriedades das coisas.

Em resumo, existem dois processos envolvidos na produção das partes do discurso: os elementos que consistem na expressão (*vox*), na palavra (*dictio*), e na classe de palavras (*pars orationis*) e as categorias que consistem nos modos de ser e no modo de entender e no modo de significar, ativos e passivos (*modi essendi, modus intelligendi activus, modus intelligendi passivus, modus significandi activus, modus significandi passivus*).

Segundo os modistas, a palavra, para ter qualquer sentido positivo, deve funcionar como um correlato de algo existente no mundo da realidade. A mente designa uma expressão (*vox*) para significar uma determinada propriedade real. O significado decorrente

dessa designação é, todavia, incompleto até receber o sentido mais específico que a torna membro de uma classe de palavras. Para explicar essa passagem do estatuto de palavra (*dictio*) para o de parte do discurso (*pars orationis*), TE opera um refinamento na sua categoria do modo de significar. Primeiramente, ele divide essa categoria em duas outras: modo de significar essencial e modo de significar acidental. Em seguida, o modo de significar essencial é dividido em três modalidades: o modo de significar essencial geral, o modo de significar essencial subalterno e o modo de significar essencial especial. Por último, o modo de significar acidental é dividido em dois modos: o modo de significar absoluto e o modo de significar respectivo. No caso do modo de significar essencial essa divisão serve para diferenciar a essência de uma classe de palavras (modo de significar essencial geral) das palavras em si mesmas que podem entrar na lista de tal classe. Assim, enquanto o modo essencial geral é a definição de uma classe de palavras, o modo subalterno é o critério para a classificação de uma palavra como verbo, substantivo, advérbio, etc., e o modo de ser significado essencial especial é um refinamento do modo subalterno que atenta para as diferentes espécies de uma classe de palavras. O modo de significar acidental é dividido em absoluto e respectivo para que se classifiquem no primeiro caso (modo absoluto) as palavras independentemente de suas propriedades sintáticas e, no segundo (modo respectivo), as palavras enquanto elementos que entram em construções sentenciais. O diagrama abaixo procura ilustrar essas divisões:

DIAGRAMA 4 - OS MODOS DE SIGNIFICAR



Fonte: BURSILL-HALL, 1972, p.42 e p. 324

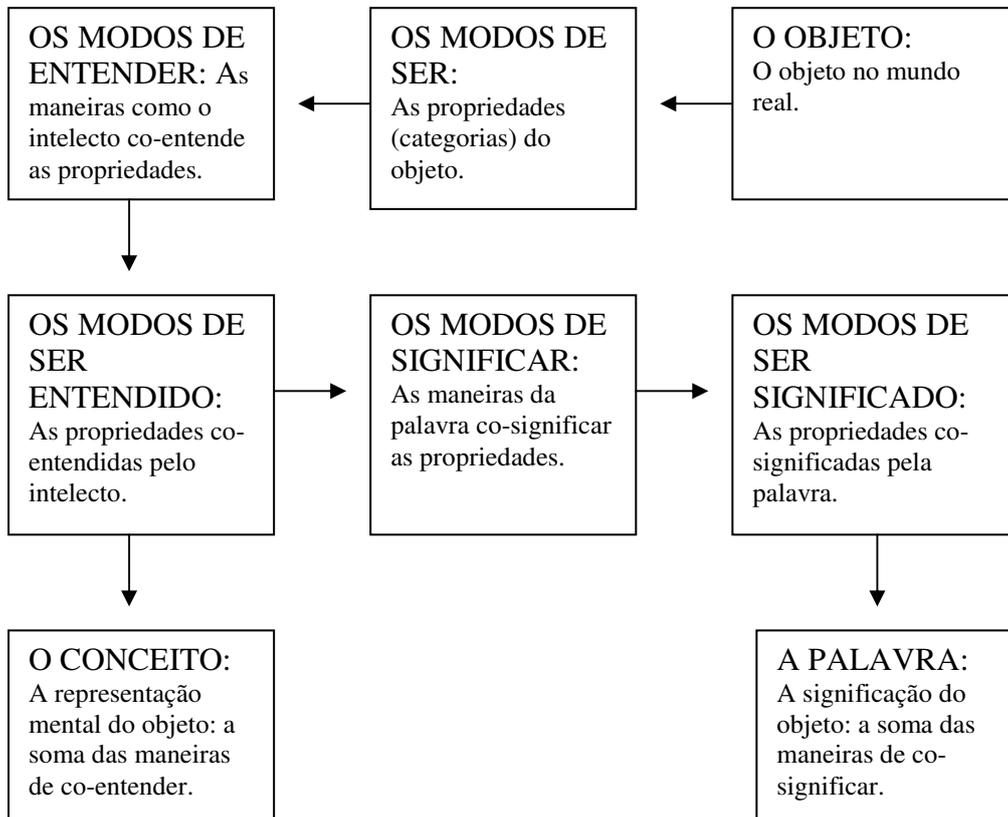
Enquanto as propriedades das coisas em si mesmas (*modi essendi*) e os modos dessas propriedades serem entendidas pela mente (*modi intelligendi*) fazem parte mais propriamente do campo de pesquisas do filósofo, os modos das propriedades das coisas serem significadas (*modi significandi*) são, por sua vez, aqueles que mais interessam aos gramáticos especulativos. É importante perceber que, antes que as percepções possam ser traduzidas em palavras, há estágios pelos quais a mente deve necessariamente passar: assim como a percepção e o entendimento de alguma coisa vêm depois da coisa em si mesma, o modo da propriedade ser entendida vem depois do modo da propriedade ser em si mesma. Todavia, o processo dessas fases iniciais, em que a mente constata a existência de entidades exteriores a si mesma e em que essas entidades têm suas propriedades percebidas pela mente e entendidas pelo intelecto é de pouco interesse para TE, já que sua pesquisa se concentra muito mais nos modos ativos de significar essas propriedades (*modi significandi activi*), porque é através desses modos que ele estabelece as diferenciações entre as classes de palavras e os tipos de palavras que pertencem a cada uma dessas classes.

É a partir das características de cada classe que o gramático é capaz de explicar o funcionamento de cada palavra na construção das sentenças. Apesar de seu pouco interesse pelas bases ontológica e epistemológica da linguagem humana, TE divide o modo de ser entendido em ativo e passivo para estabelecer um elo entre entendimento e significação: a mente pode apreender uma propriedade ao transformá-la em um conceito, mas não pode significar esse conceito, porque, nesse estágio, a propriedade do ser em questão não tem uma palavra ou parte do discurso que a signifique. Um modo de significar só será ativado quando a mente selecionar uma vocalização (*vox*) que, então, materializará esse conceito. Portanto, é só depois da fase da apreensão, em que a mente apreende o conceito da coisa com o modo de ser entendido, que a percepção pode ou permanecer apenas um conceito ou ser significada e se tornar uma palavra.

É bom salientar que o modo de ser entendido está presente tanto na formação do conceito quanto no da palavra. No primeiro caso, o intelecto combina a percepção do modo de ser de uma propriedade com o modo dessa propriedade ser entendida e origina um modo de entender. No segundo caso, a linguagem designa uma vocalização (*vox*) que, com a adição de um modo de significar, significa a propriedade entendida pelo intelecto. Portanto, o modo como o intelecto entendeu uma propriedade (modo de entender) é o elo de ligação entre o mundo e a linguagem, uma vez que está presente tanto na origem dos modos de entender

quanto na formação dos modos de significar. O diagrama abaixo ilustra essa relação entre o objeto no mundo real e os modos de entender e de significar:

DIAGRAMA 5 – A ONTOLOGIA DOS MODOS DE SIGNIFICAR



É só no estágio em que a vocalização recebe sentido por meio do modo de significar que o trabalho do gramático realmente começa. O verdadeiro interesse do gramático está concentrado, portanto, no modo ativo de significar as propriedades das coisas. Mais particularmente, a pesquisa gramatical modista recairá nas dimensões funcionais desse modo, que são suas subcategorias: os modos absoluto e respectivo, e os sub-modos do modo essencial: o modo geral, subalterno e especial.

O modo essencial se constitui no aparato descritivo das oito classes de palavras consideradas por TE. Por exemplo, o modo essencial de significar a entidade “amor” é o modo da permanência, já que “amor” se refere a um indivíduo estável (substancial) do mundo das entidades reais (substâncias), como “alegria”, “cadeira”, “homem”, “cavalo”, etc. Logo, com base em seu modo essencial de significar, a palavra “amor” é classificada como um

nome. Já o modo essencial da palavra “amar” é o modo da mudança, que é o modo essencial do verbo e, por isso, “amar” é classificado como membro da classe dos verbos.

A teoria sintática de TE descreve as classes e subclasses de palavras em termos de seus modos de significar essenciais e derivados. Os modos essenciais identificam a classe a que determinada palavra pertence—como se viu acima—, e os modos derivados especificam o funcionamento dessas palavras nas sentenças.

Pode-se afirmar, resumidamente, que todos os sub-modos de cada classe são derivados de seu modo essencial de significar—é possível constatar isso no Diagrama 4 (acima). TE subdividiu seu modo de significar essencial em geral, subalterno e especial. Como foi afirmado anteriormente, o modo essencial geral serve para descrever a classe de palavras em questão e os outros dois modos descrevem a essência da classe nos seus detalhes. Por exemplo, no caso da palavra “amor”, o modo geral a descreve como um nome substantivo, o modo subalterno como um nome substantivo comum e o modo especial como um nome substantivo comum geral.

Embora todas as classes de palavras tenham o mesmo número de modos essenciais, algumas classes têm um número menor de modos de significar acidentais. Isso se deve ao fato de as entidades do mundo a que essas classes correspondem terem mais ou menos propriedades. Por exemplo, o nome, que sempre se refere a coisas existentes (reais), é a classe com o maior número possível de modos acidentais. Em razão desse pressuposto, das oito classes de palavras de TE, as quatro classes de palavras declináveis são as que possuem maior número de modos acidentais, o que é devido, justamente, a sua riqueza de propriedades (*accidentia*).

Em resumo, para TE, assim como para os outros modistas, cada palavra (*dictio*) significa alguns dos vários modos das propriedades das coisas do mundo serem. Além disso, ao receberem o estatuto de classe de palavras (*pars orationis*), as palavras não só significam os aspectos e as qualidades das coisas que existem no mundo real, mas também permitem que essas diferentes maneiras de ser das coisas sejam entendidas como funcionais e se combinem (co-signifiquem) na construção dos enunciados sobre o mundo real. A habilidade de significar em combinação com outra expressão se constitui na essência de uma classe de palavras—esse é o princípio geral de toda a teoria modista. Assim como uma classe geral de entidades diferencia-se em espécies, as diferentes classes de palavras constituirão as várias espécies desse princípio geral. Portanto, a gramática é vista pelos modistas como a essência (a substância) da linguagem e as oito classes de palavras são as distinções (os

acidentes) mais gerais dessa essência. Por serem espécies de uma essência geral, cada classe de palavras além de ser a combinação da essência que divide com outra classe é também o resultado dos aspectos especiais que servem para diferenciá-la das outras classes. Em suma, cada classe de palavras é um feixe de modos de significar, dos quais um ou mais podem ser compartilhados com outras classes, enquanto alguns as singularizam. Para exemplificar a maneira como os modistas aplicam sua teoria, na próxima secção, o verbo será tomado como paradigma da aplicação das categorias até aqui apresentadas.

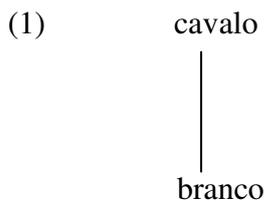
1.2 O VERBO

Até o séc. XII havia uma diferença considerável na maneira como o verbo era tratado pelos gramáticos e pelos lógicos (BURSILL-HALL, 1972, p.68). Os lógicos entendiam um verbo como um elemento que corresponde àquilo que se afirma ou se nega de um sujeito, i.e., ao elemento P (predicado) da construção básica de tipo S + P (sujeito + predicado). Além disso, os lógicos entendiam o verbo como equivalente à cópula, i.e., a uma proposição do tipo “A é B”, como em “Pedro é corredor”, que equivaleria a “Pedro corre”. Os gramáticos, por sua vez, atribuíam ao verbo os traços fundamentais de ativo/passivo e de tempo. Nos trabalhos do gramático medieval Pedro Helias, que lecionou na Universidade de Paris por volta do ano 1150, surge o primeiro indício de uma mudança de tratamento da classe dos verbos. Essa alteração expressa-se em dois sentidos: 1) na assimilação por parte da gramática da definição que a lógica fizera do verbo como o elemento P (predicado) da relação entre S + P (sujeito + predicado); 2) na substituição dos traços fundamentais de ativo/passivo e tempo por conceitos da metafísica aristotélica. No primeiro caso, a relação entre S (sujeito) e P (predicado), na construção lógica da proposição S + P, passa a ser vista como uma relação gramatical em que o elemento verbal (V) é considerado dependente do elemento nominal (N) na construção de tipo básico NV (nome + verbo).

A justificativa para essa dependência do elemento verbal no elemento nominal da sentença tem origem na lógica e na metafísica aristotélica. No que diz respeito à lógica, a noção de transformação de qualquer verbo intransitivo em “é + nome (adjetivo)”, como no caso acima (“Pedro corre.” = “Pedro é corredor.”), levou gramáticos dos séculos XII a XIV a postularem que o verbo não é uma classe de palavras independente, mas sim uma diferenciação do elemento nominal. Essa opinião se baseia no pressuposto metafísico segundo o qual uma coisa deve existir (ser um *ens*, um “ente”) antes de “ser” (*esse*) isto ou

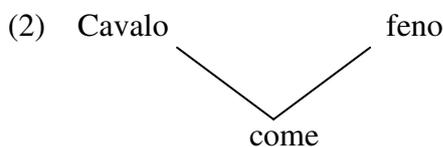
aquilo. Assim, um cavalo é antes de tudo um ente “cavalo” e só depois *est currens* “é corredor”, *nigrum* “negro”, *velox* “veloz”. De fato, a partir da assunção desse pressuposto metafísico, o nome não é apenas hierarquicamente superior ao verbo, mas também a todas as outras classes de palavras.

Em resumo, em sua classificação dos gêneros de palavras, os gramáticos medievais, tanto os pré-modistas (séc. XII) quanto os modistas (sécs. XIII e XIV), utilizaram o critério da existência independente em oposição à mera existência participativa que a significação de uma expressão denotaria. Assim, o adjetivo, por exemplo, não tem uma existência independente do substantivo, mas sua existência é meramente participativa da existência independente do substantivo. Nesse caso, o adjetivo depende do nome e, dessa forma, numa representação em diagrama, uma sentença como “cavalo branco” poderia ser representada da seguinte forma:



Em que “cavalo”, por seu estatuto metafísico de substância independente, está localizado hierarquicamente acima do adjetivo “branco”, que meramente participa da substância denotada por “cavalo”.

Por sua vez, uma sentença com um verbo transitivo, como “Cavalo come feno”, receberia a seguinte representação:



Em (2), “cavalo” e “feno”, em razão de seu estatuto ontológico aparecem acima de “come” na representação diagramática.

TE define o verbo como “uma parte do discurso que tem significado por meio do modo de distar da substância” (ERFURT, cap. XXV, 48). “Distar”, nessa definição, significa “diferenciar-se”. Ou seja, o verbo significa algo diferente da substância, que, por

sua vez, é significada pelo nome. A substância é a principal das dez categorias lógico-metafísicas que Aristóteles listou em suas *Categorias* (1996, p. 17-19). O verbo se diferencia da substância porque denota a mudança: aquilo que não é permanente, i.e., que esta em constante devir. Em contrapartida, o nome denota justamente o contrário: a estabilidade, aquilo que não se altera, a permanência. O nome é, portanto, o correlato lingüístico da categoria da substância.

Em resumo: é em relação à categoria da substância que TE aponta para a diferença essencial entre nomes e verbos e é a partir dessa distinção que o verbo é definido na *G.E.*.

Deve-se salientar também que o nome e o verbo são considerados pelos modistas como as duas classes de palavras mais importantes justamente porque são derivadas, segundo eles, das duas propriedades mais gerais da natureza: a mudança e a permanência. O pronome, ao lado do nome, e o particípio, ao lado do verbo, também são derivados dessas duas propriedades gerais ou modos de ser das coisas. Dessa forma, o verbo e o particípio têm algo em comum: são derivados da mesma propriedade geral, i.e., a propriedade da mudança. Em termos aristotélicos—que é o recurso empregado por TE para explicar essa similaridade—o verbo e o particípio têm “matéria” idêntica—a propriedade da permanência—e “formas” diferentes: enquanto a forma do verbo é seu potencial de ser diferente do nome, a forma do particípio, por sua vez, é seu caráter nominal. Assim, é por meio de uma aplicação da dicotomia forma-matéria da metafísica aristotélica que TE distingue o verbo do particípio.

Na metafísica medieval, a forma é o que distingue uma entidade de outra: todas as entidades teriam uma matéria comum, a matéria prima ou amorfa, que teria o potencial de receber um número aparentemente ilimitado de formas. Cada forma, e as características acidentais que a acompanham, determina a diferença específica que faz com que a existência de uma entidade qualquer seja algo de único e não repetível.

Como foi afirmado acima, TE aplicou a distinção matéria-forma para diferenciar o verbo do particípio. O verbo e o particípio compartilham da mesma matéria, i.e., o modo da mudança, mas diferem no que diz respeito a suas formas específicas. A forma ou diferença específica do verbo com relação ao particípio (de fato, com relação a todas as outras classes de palavras) é o modo de distar-da-substância. O modo de distar-da-substância corresponde a um traço semântico fundamental do verbo: o verbo não se refere a nenhuma entidade em particular. Por exemplo, “corre” pode ser o predicado de qualquer substância:

“Pedro”, “lebre”, “menino”, etc. O verbo dista, i.e., diferencia-se da substância, ao mesmo tempo que predica algo a respeito dessa substância e, portanto, depende dela para ter alguma referência (sentido) no mundo real. O particípio, por sua vez, identifica-se com a essência determinada do nome. Isso ocorre porque um particípio—como “*currens*”, por exemplo—pode funcionar como um nome adjetivo, como na seguinte sentença:

(3) *Petrus currens clamorem audivit* (“Pedro, o corredor, ouviu um grito”).

Ou como uma forma verbal:

(4) *Petrus currens clamorem audivit* (Ao correr, Pedro ouviu um grito).

E, também, na posição de objeto:

(5) *Vidit Petrum currentem* (“Ela viu Pedro, o corredor” ou “Ela viu Pedro correr”)

Nas sentenças acima, o particípio é traduzido por formas verbais ou nominais. O particípio tem, portanto, um caráter ambíguo: é verbal e nominal. Todavia, diferentemente dos verbos, os particípios não podem ser os predicados principais de sentenças simples, de tipo “S + P” (sujeito + predicado). Isso fica claro a partir da constatação da agramaticalidade de sentenças como a seguinte:

(5) **Homo amans mulierem* (“Homem amando mulher” ou “Homem amante mulher”)

Tanto a interpretação nominal quanto a verbal do particípio dessa sentença são agramaticais. A partir da impossibilidade de empregar o particípio como predicado de uma sentença, TE deduz que o particípio não pode denotar a propriedade de distar-da-substância, que é a diferença específica (a forma) do verbo. No lugar desse modo fundamental do verbo, o particípio teria como diferença específica sua identidade com o elemento nominal, já que o particípio pode funcionar como um nome comum—como “corredor”, “amante”, “escritor”, etc.

Portanto, é a partir da aplicação da distinção aristotélica matéria-forma aos traços semânticos fundamentais do verbo e do particípio que TE diferencia e compara essas

duas classes de palavras. De fato, é por meio dessa e de outras distinções da metafísica e da lógica de Aristóteles (como “ato-potência”, “substância-acidente”, “causa-efeito”, “gênero-espécie”, etc.) que TE opera todas as distinções que julga necessárias na construção dos seus critérios teóricos e, em seguida, na classificação dos itens lexicais de acordo com sua teoria.

1.2.1 Osmodos essenciais do verbo

Para TE, os modos essenciais do verbo são o modo do ser (*modus esse*) ou modo da mudança (traço material do verbo) e o modo de distar da substância (traço formal do verbo). Ao transpor a distinção matéria-forma para os modos essenciais do verbo e do nome, TE diferencia o verbo do nome por meio dessa transposição.

O método classificatório de TE é o mesmo para todas as classes de palavras. O estabelecimento do modo essencial geral de uma classe de palavras é o critério teórico com que ele determina o traço semântico fundamental (mais geral) dessa classe⁴. O modo da mudança e de distar-da-substância, no caso do verbo, e o modo da permanência e da essência determinada, no caso do nome constituem, respectivamente, os modos gerais do verbo e do nome. Além disso, assim como o modo da mudança é o modo essencial “material” do verbo, o modo da permanência é o modo essencial “material” do nome. Igualmente, assim como o modo de distar-da-substância é o modo “formal” do verbo, o modo da essência determinada é o modo “formal” do nome. Ao proceder dessa maneira, TE não só aplica a distinção matéria-forma para distinguir as classes de palavras entre si, mas também para distinguir os modos essenciais materiais e formais das classes em si mesmas.

Como se viu acima, o modo da mudança é o correlato lingüístico da propriedade real da mudança e o modo da permanência é o correlato lingüístico da propriedade real da permanência. Depois de estabelecer o modo geral de uma classe de palavras, TE utiliza os modos subalternos e especiais para fazer o inventário de todas as

⁴ Como se vê, TE aplica critérios metafísicos em sua teoria gramatical. O propósito dessa aplicação é estabelecer uma teoria exclusivamente semântica. Esse objetivo de criar uma teoria estritamente semântica exclui, por exemplo, qualquer explicação que leve em conta o aspecto formal dos itens lexicais. Pode-se dizer, como afirma Geoffrey L. Bursill-Hall (1972, p. 70) que esse seja o aspecto mais deficiente da teoria modista. Ao tentar criar uma teoria puramente semântica para explicar todos os fenômenos da língua, os modistas foram obrigados a multiplicar, aparentemente *ad infinitum*, o número de termos explicativos de sua metalinguagem. Essa multiplicação de entidades explicativas, que aumentam de acordo com o maior grau de necessidade de detalhamento de um fenômeno lingüístico, levou os modistas a serem criticados por outros gramáticos em sua própria época.

palavras que pertencem à classe que foi definida por meio do modo essencial geral. Ou seja, primeiramente TE estabelece seu critério teórico por meio da definição do modo geral de uma determinada classe de palavras e, em seguida, faz uma aplicação desse critério por meio dos modos subalternos e especiais. Nessa segunda aplicação é feito o inventário dos itens lexicais, que são analisados gramaticalmente e classificados de acordo com o seu grau de aproximação da essência da classe de palavras a que pertencem. As palavras que participam mais da essência significativa são colocadas sob a abrangência dos modos subalternos, as que mais se distanciam dessa essência ficam sob a abrangência dos modos específicos. Um exemplo usado por TE é o da diferença entre “monte” e “montês”. Enquanto a palavra “monte” denota a entidade “monte” de maneira direta (absoluta), “montês” refere-se a essa entidade de maneira indireta. Portanto, segundo TE, ao passo que “monte” está mais próxima da essência de uma entidade real; “montês”, por seu turno, estaria mais distante dessa essência. É com base no critério de maior ou menor participação das palavras em uma essência significativa que TE explicará o fenômeno da derivação de novos itens lexicais—tal explicação procura ser estritamente semântica e excluir critérios morfológicos.

1.2.2 Os modos subalternos do verbo

Como foi visto anteriormente, TE usa os modos subalterno e especial do modo essencial geral para fazer o levantamento de todos os itens que pertencem a uma determinada classe de palavras. Nesse sentido, o modo essencial geral do verbo é dividido em três modos subalternos: o modo substantivo, o modo vocativo e o modo adjetivo. Além disso, TE subdivide o modo adjetivo em quatro sub-modos: ativo, passivo, neutro, comum.

O primeiro modo subalterno é o modo substantivo, de que se deriva o verbo substantivo. A classe do verbo substantivo compreende um único elemento: o verbo “ser”/“estar” (*sum*). O verbo substantivo é assim denominado por duas razões: 1) porque denota a existência da substância que designa: *Petrus est* (“Pedro existe”); 2) porque o verbo ser, além de denotar o “existir” de uma substância, também pode indicar sua predicção e, desse modo, funcionar como um sinal de igualdade: *Petrus est miles* (“Pedro é um soldado”). Dessas duas razões, a segunda é usada por TE para justificar o estabelecimento do modo substantivo como um dos três modos subalternos do verbo.

Para entender o modo substantivo, atente-se para o seguinte exemplo: a sentença “Pedro é um soldado” pode ser analisada em outras duas sentenças : “Pedro existe” e

“Pedro é um soldado”. Em latim, essa interpretação pode manifestar-se por meio de parentização da sentença “Pedro é um soldado” (*Petrus est miles*) e corresponde à seguinte representação:

(6) ((*Petrus est*) est miles)

Que também pode ser reescrita como:

(7) ((*N est*) est N)

Em que N = nome substantivo

Isso significa que N “existe” antes de receber qualquer predicção. Ou seja, de acordo com essa maneira de pensar, que se baseia na metafísica medieval, a existência de “Pedro” precede o fato de ele ser soldado (ou qualquer outra atribuição com que seja possível designá-lo). Para TE, isso também significa que o verbo “ser” existencial recebe predicção automaticamente cada vez que o substantivo que o acompanha é predicado. Portanto, o fato de, em latim, o verbo ser (*esse*) funcionar tanto como designador de existência (*Petrus est = Petrus existens*), quanto como verbo de ligação (*Petrus est N*), leva TE a ver no predicativo do sujeito uma predicção do verbo ser existencial implícito na compreensão do substantivo, como fica evidente em (7).

O segundo modo subalterno é o modo subalterno vocativo que inclui os verbos vocativos, como *voco* (chamo) e *hortor* (exorto). Esses verbos denotam a propriedade de nomear ou chamar que se especifica no nome ou pronome de que dependem. Por exemplo, em *voco te* (chamo-te) o verbo “chamar” é especificado pelo pronome “te” de que depende.

O terceiro modo subalterno, o modo subalterno adjetivo, é o mais abrangente, pois contém todos os outros verbos que não estão contidos nas classes dos vocativos e dos substantivos. O que distingue os verbos adjetivos é o fato de indicarem a ação ou o sofrimento de uma ação (*actio vel passio*). Antes dos modistas, essa característica era atribuída a todos os verbos indiscriminadamente.

O modo subalterno adjetivo se subdivide em quatro modos especiais: o modo ativo, passivo, neutro e comum. Tais modos especiais se constituem nos verbos ativos, passivos, neutros e comuns. Em terminologia atual, esses verbos correspondem

respectivamente aos verbos transitivos ativos, transitivos passivos, ativos e passivos. Para exemplificar a classificação dos verbos latinos de TE, pense-se no verbo *amo*: a essência geral desse verbo tem as propriedades do “ser” (*esse*) como sua matéria e de “ser distinto de um ente” (*distantia*) como sua forma—trata-se, portanto, de um verbo. Em seguida, por ocorrer na voz ativa, *amo* é classificado como verbo adjetivo, em virtude de seu modo subalterno específico.

1.2.3 Os modos acidentais do verbo

Os modistas atribuíram ao verbo o mesmo número de acidentes que Dionísio da Trácia e Prisciano tinham-lhe atribuído anteriormente: oito. TE, no entanto, fez duas alterações importantes com respeito a essa classificação: dividiu o acidente da qualidade em qualidade do modo e qualidade da forma e introduziu a composição (*compositio*), que Bursill-Hall (1972, p.72) considera sua maior contribuição para a classificação dos acidentes do verbo.

Para TE, a composição era o acidente mais importante em virtude de sua função sintática: é por meio da composição que se deriva a ligação entre o nome (sujeito) e o verbo em uma construção sintática básica, que TE define como sendo de tipo “SN + V”. Segundo TE, a composição está inerente em todos os verbos, uma vez que qualquer verbo pode ser analisado por meio da cópula, por exemplo, “correr = ser corredor”, “lutar = ser lutador”, etc. Dessa forma, enquanto a natureza essencial do verbo distingue-se da do nome por meio do modo da distância (*distantia*), o modo acidental da composição, em virtude da presença da cópula implícita em cada verbo, permite com que verbos e nomes liguem-se sintaticamente. Embora existam outros modos acidentais que possibilitam a ligação sintática entre um nome e um verbo—os acidentes do número e da pessoa—, esses acidentes são derivados do nome, ao passo que o a composição é exclusiva do verbo. Além disso, antes da composição ser verificada, não se pode verificar a ocorrência de nenhum outro acidente sintático que permita a ligação nome-verbo. Ou seja, a composição é hierarquicamente superior aos outros acidentes no que diz respeito ao funcionamento sintático da estrutura básica “SN + V”.

O acidente da significação (*significatio*) é o contrapeso sintático da composição: enquanto a relação nome-verbo fundamenta-se na composição (em todas as sentenças), a relação verbo-nome (nas construções transitivas) deriva-se do acidente da

significação. A composição e a significação se manifestam, respectivamente, por meio do modo do verbo, que pode ser indicativo, subjuntivo, optativo ou imperativo, e da voz, que pode ser ativa, passiva, comum (verbos transitivos e intransitivos), depoente, neutra (verbos intransitivos). TE chama o modo de qualidade da composição e a voz de qualidade da significação. O modo e a voz são considerados traços relacionais que existem entre o nome e o verbo, respectivamente, nas construções de tipo nome-verbo e verbo-nome. Uma vez que essas relações básicas se estabelecem, as outras relações (flexionais—pessoa e número) tornam-se funcionais.

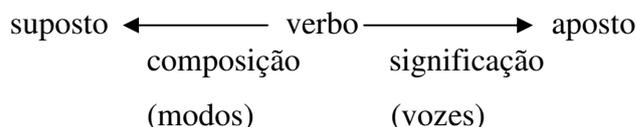
O modo accidental do modo (*mood*, em inglês) expressa a qualidade da ligação entre o nome com função sujeito, que os medievais chamavam de suposto (*suppositum*) e o verbo, e entre o verbo e o nome com função de objeto, que recebia o nome de aposto (*appositum*). O modo accidental do modo exprimia, portanto, a qualidade da relação entre os elementos nominais e o verbo de sentenças de tipo “SN + V + SN”. O modo deriva-se de uma propriedade relacional do verbo que pode denotar as qualidades da indicação (indicativo), do comando (imperativo), do desejo (subjuntivo), etc. Portanto, esse modo accidental expressa as propriedades de vários estados da mente e co-significa a dependência do verbo no suposto por meio das várias qualidades que se derivam desses estados da mente. Assim, o modo distingue-se de acordo com as diferentes qualidades da relação que se cria entre o nome sujeito e o verbo, quais sejam: a indicativa, a imperativa, a subjuntiva, a optativa e a infinitiva.

O modo accidental da significação é entendido ao funcionar em conjunto com o modo accidental da composição. Isso porque, no caso dos verbos transitivos, esses dois acidentes ocorrem simultaneamente e de maneira complementar: em uma construção de tipo *SN V SN*, ou seja, “suposto-verbo-aposto”, enquanto a composição significa a relação “suposto-verbo” (*SN V*), a significação significa a relação “verbo-aposto” (*V SN*).

Assim como o modo é usado para expressar a qualidade da relação criada pela composição, da mesma forma, a voz é usada para expressar a qualidade da relação de significação (*significatio*). A voz é derivada da propriedade da dependência do verbo no nome objeto, embora essa dependência possa ser apenas potencial, já que um verbo transitivo pode ter um objeto ou não. Igualmente ao modo, a voz é a expressão de vários estados da mente: ação, paixão, neutralidade, comunidade e deponência. A expressão desses conteúdos semânticos assume forma nas vozes do verbo: ativa, passiva, neutra, comum e depoente. Para Busill-Hall (1972, p.74), enquanto a composição e a significação parecem expressar a relação

estrutural entre o nome e o verbo, o modo e a voz, por sua vez, representariam os elementos sistêmicos que se comutam para que se obtenham os valores dessas estruturas. Uma visão geral dessas relações e suas comutações pode ser vista no diagrama abaixo:

(8)



Para TE, a composição, a significação, o modo e a voz do verbo são relações elementares que se estabelecem, em qualquer construção transitiva ou intransitiva, antes dos modos acidentais do tempo, do número e da pessoa. Esses modos acidentais são considerados fatores subseqüentes que somente advém à construção verbal depois do estabelecimento daquelas quatro relações elementares. Em comparação com sua discussão da composição e da significação do verbo, TE dá bem menos atenção aos outros cinco modos acidentais: o tipo, a forma, o tempo, a pessoa e o número. O tipo e a forma são os modos exclusivamente derivacionais do verbo e não apresentam função sintática. A forma acidental de um verbo é a derivação de um tipo original. Nesse sentido, por exemplo, a forma “preocupar” é derivada de “ocupar”, seu tipo original. Os outros modos acidentais do verbo têm função sintática e representam variações da essência do verbo. O número e a pessoa derivam-se do modo acidental da composição e, portanto, são modos acidentais secundários. TE justifica essa afirmação ao considerar que os modos acidentais do número e da pessoa não são inerentemente verbais, mas sim adquiridos pelo verbo em seu encontro com o nome em construções de tipo *SN V* ou *V SN*.

O modo acidental do tempo deriva-se da essência do verbo, uma vez que é uma característica da essência verbal, que denota a mudança e sucessão de estados. Apesar disso, o modo do tempo não tem função sintática no que se refere à construção básica “nome-verbo”, uma vez que o traço temporal não interfere no sentido básico dessa construção. De fato, a diferença temporal entre as sentenças “Sócrates discursa” e “Sócrates discursou” não interfere na combinação entre o nome e o verbo dessas construções. Todavia, o modo do tempo tem função sintática tanto com relação aos advérbios de tempo quanto como resultado da seqüência temporal em períodos compostos. TE comparou a conjugação verbal à declinação dos nomes. Segundo ele, a diferença entre as duas é que enquanto a declinação

se deriva de um único modo accidental, i.e., o caso, a conjugação, por sua vez, resulta da inflexão de vários modos accidentais: o tempo, o número, o modo e a pessoa. TE pára por aqui e não dá um tratamento mais apropriado para a conjugação. Esta falta de um estudo mais aprofundado da conjugação na *G.E.* deve-se provavelmente ao fato mencionado acima: é difícil de encontrar um critério de classificação da conjugação como modo accidental já que, de acordo com o sistema de TE, não se pode derivar um modo accidental secundário de vários modos primários. Segundo Bursill-Hall (1972, p.76) a única maneira de pensar a conjugação como um modo accidental é classificá-la como um modo terciário: a conjugação seria derivada de todos os outros modos de significar accidentais. De qualquer forma, pode-se dizer que aqui caberia um estudo mais aprofundado de como TE e os outros modistas trataram a conjugação.

1.3 SOBRE ESTA TRADUÇÃO PARA O PORTUGUÊS DO CAPÍTULO REFERENTE À CLASSE DOS VERBOS DA GRAMÁTICA ESPECULATIVA DE TOMÁS DE ERFURT

Em seu livro sobre a teoria sintática medieval, Michael A. Covington (1984, p. 2) traduz trechos de gramáticas modistas e mantém os textos originais em colunas paralelas a suas traduções. De acordo com esse autor (COVINGTON, 1984, p. 2.), não existiria uma maneira consistente de se traduzirem certas frases e termos técnicos do jargão escolástico das gramáticas modistas, tais como *item*, “igualmente” e *dicendum est*, “deve-se dizer/declarar/responder”. Segundo o mesmo autor, isso aconteceria porque esses termos e frases não teriam significado próprio, mas funcionariam como marcadores das posições das sentenças em um discurso altamente formalizado. Por isso, Covington (*id.*) omite esses marcadores de suas traduções e opta por uma versão inglesa de caráter interpretativo dos textos originais, como no exemplo a seguir:

<p><i>Dicendum est ergo quod congruitas est incongruitas causantur ex conformitate vel disconformitate modorum significandi, quae per se sunt de donsideratione grammatici.</i></p>	<p>Grammaticality and ungrammaticality are caused by the compatibility or incompatibility of modes of signifying, which are intrinsically the concern of the grammarian.</p>
---	--

Fonte: COVINGTON, 1984, p. 34

Além disso, Covington (1984, p. 2) também declara que optou por não traduzir para a terminologia da lingüística atual termos e frases que não teriam qualquer correspondente aproximado. Assim, por exemplo, ele não traduz algo como *partes orationes* por “componentes da frase”, mas ou a deixa em latim ou a traduz pela mais usual *parts of speech* (partes do discurso). Quanto às frases e termos que dificilmente encontram similares no jargão atual, Covington simplesmente os transpõe para o inglês em forma de neologismos, como em sua tradução de *constructibile* por *constructible* e *modus significandi* por *mode of signifying* (*id.*).

Nesta tradução dos capítulos sobre a metalinguagem, o nome e o pronome da *G.E.* de TE, optou-se por uma estratégia parecida em certos aspectos e diferente em outros das opções de tradução de Covington na obra supracitada. Como no trabalho de Covington, foi utilizada a nomenclatura que ainda é usualmente empregada na gramática tradicional e que é equivalente na *G.E.*, como “verbo”, “tempo”, “modo”, etc. para *verbum*, *tempus*, *modus*, etc. Além disso, assim como Covington, optou-se por traduzir termos específicos da *G.E.* por termos atuais com um sentido não-usual (um termo “calcado” no original). Por exemplo, traduziu-se *construtibile* por “contrutente”.

A diferença desta tradução da *G.E.* de TE e do autor supracitado, em sua tradução de textos gramaticais medievais, reside no fato de que se traduziram termos e frases como *dicendum est* e *item*. A razão para isso é simples: na Idade Média não havia uma separação marcada entre o discurso acadêmico oral e o escrito. A produção de textos acadêmicos tinha pouco em comum com o trabalho solitário da redação de artigos, dissertações e teses dos dias de hoje. A imediatez entre o que se lia e se debatia nas escolas e o que se escrevia nas sumas e opúsculos didáticos fica evidente na leitura de qualquer um dos exemplares que chegaram aos tempos atuais. Assim, qualquer pessoa que se interesse pelos textos de filosofia medieval ganha de brinde um encontro com o mundo acadêmico daquela época. Nas palavras de Alain de Libera: “As formas literárias com as quais os homens da Idade Média dão corpo ao seu pensamento refletem os diversos atos sociais de interpretação, cumpridos pelo intelectual no ambiente onde exerce sua atividade.” (1990, p.25). Ou seja, textos como a *G.E.* de TE parecem ser o resultado direto de uma atividade acadêmica. De fato, TE escreveu a *G.E.* quando de sua estadia como professor na Universidade de Erfurt.

Muitas das fórmulas que são utilizadas na transmissão das idéias sobre a linguagem contidas na *G.E.* refletem o ambiente acadêmico medieval—a linguagem da *G.E.*, como será visto a seguir, comprova sua natureza de manual escolástico. Assim, termos e

frases como *dicendum est, item e videtur quod*, etc., que dão coerência ao discurso de TE, são também uma transposição para o registro escrito das fórmulas dos debates que constituíam a alma da vida acadêmica medieval. Por isso, quando se busca dar ao leitor da tradução dessa gramática uma janela para o ambiente universitário medieval, nada pode ser mais útil do que traduzir essas fórmulas. No caso da *G.E.* de TE, uma tradução puramente interpretativa se esqueceria de um dado fundamental para a compreensão dessa obra: a relação íntima entre a sua gênese e o meio em que foi produzida.

Segundo Gilson, o ensino universitário medieval divide-se em dois métodos principais: as lições (*lecturae*), de que se deriva o gênero dos comentários escritos; a disputa ou questão (*disputatio* ou *quaestio*), de que se derivam os livros de questões disputadas (1996, p. 492). O gênero das sumas, como a *Suma de Teologia* de Tomás de Aquino e as sumas de gramática (a *Suma dos Modos de Significar ou Gramática Especulativa* de Tomás de Erfurt, por exemplo) têm elementos dos comentários escritos, mas sua estrutura deve muito mais aos livros de questões disputadas.

As lições (*lecturae*) se dividiam em duas partes principais: a divisão e explicação do texto e a exposição de respostas, antigas e modernas, às dificuldades levantadas na interpretação do texto (LIBERA, 1990, p. 26). As disputas (ou questões) eram verdadeiros torneios dialéticos cuja estrutura formal era uma alternância entre objeções, exposições e refutações. Havia dois tipos de disputa: as ordinárias, cujas questões eram pré-estabelecidos pelo professor, e as extraordinárias ou quodlibetais, cujas questões eram escolhidas a esmo, no início da aula, por qualquer um (*a quo libet*) da assistência (*id.*, p. 28).

As sumas ou tratados gerais das diversas disciplinas (teologia, lógica, matemática, etc.) são o gênero por excelência da literatura pedagógica da Idade Média. Uma suma é o resultado de quatro fatores: 1) a necessidade de organização de um determinado saber; 2) as técnicas de ensino da instituição universitária; 3) o resumo da pesquisa de uma universidade sobre um assunto; 4) uma tentativa autônoma e sistemática de organizar criticamente os dados de uma tradição. A unidade mínima de uma suma é o artigo. O formato de um artigo resulta do desenvolvimento da questão disputada ordinária. Com relação a seus títulos e subtítulos, um artigo se divide da seguinte forma:

<i>Utrum...</i>	“Se...(pergunta hipotética)”—título.
<i>Videtur quod...</i> <i>Videtur quod non...</i>	“Parece que...” “Parece que não...” (Série de argumentos e objeções a favor ou contra a idéia veiculada pela pergunta hipotética.)
<i>Sed contra...</i>	“Mas contra...” (Um ou vários contra-argumentos.)
<i>Respondeo dicendum...</i>	“Deve-se declarar que...” (Solução para o problema.)
<i>Responsio principalis</i> ou <i>Corpus articulis</i> ou <i>Solutio</i>	“Resposta principal” ou “Corpo do artigo” ou “Solução” (Fundamentação da verdadeira solução para o problema.)

Fonte: GRABMANN, 1949, p.40)

O gênero da grande suma tem seu ápice, naturalmente, nas grandes sumas de teologia. No entanto, nas outras artes, como na geometria e na lógica, esse gênero tomava corpo no formato de pequenas sumas (*sumulae*) ou tratados, como as *Summulae Logicales*, de Pedro Hispano (LIBERA, 1990, p. 30), que eram compêndios sobre questões disputadas. Embora modistas como Boécio da Dácia (por volta de 1275) e Martinho da Dácia (morto em 1304) tenham optado por um gênero de comentário com perguntas (*expositio per modum quaestionis*) para veicular suas idéias, outros, como o pré-modista Pedro Helias (por volta de 1140) e o próprio TE (por volta de 1310) optaram pelo formato de pequena suma ou tratado. Essa escolha fica clara a partir do título da *G.E.*: *Sobre os modos de significar ou gramática especulativa*.

Nesta tradução da *G.E.* de TE, no sentido de transmitir ao leitor o caráter estritamente pedagógico do ambiente das questões disputadas que transparecesse na *G.E.*, foram traduzidas as fórmulas que remetem à prática escolar. Essa prática sem dúvida antecedeu imediata ou foi contemporânea à composição da *G.E.* por TE. Um exemplo claro do reflexo desse ambiente no texto da *G.E.* é a seqüência de termos e frases sublinhada do trecho a seguir:

<p><u>Quidam dicunt, quod pronomen de se et absolute nihil significat, sed tantum habet habilitatem ad significandum... <u>Ista opinio est erronea et falsa; quia</u></u> (...)</p> <p><u>Ad auctoritatem, quam adducunt, dicendum, quod pronomen(...)</u></p> <p><u>Alii dicunt, quod pronomen(...)</u></p> <p><u>Ista opinio similiter non valet(...)</u></p> <p><u>Ad aliud, quod adductum fuit ad confirmationem dicti sui, quod si pronomen significaret aliquid indeterminatum, eius significatum non posset intelligi.</u> <u>Dicendum quod...</u></p>	<p><u>Alguns afirmam que</u> o pronome, por si mesmo, não significa nada absolutamente, mas tem apenas o potencial de significar... <u>Essa opinião é errônea e falsa, porque</u> (...)</p> <p><u>Deve-se responder</u> à autoridade a que eles recorrem que o pronome(...)</p> <p><u>Outros afirmam que</u> o pronome(...)</p> <p>Esta opinião também não é válida(...)</p> <p><u>Para qualquer outro argumento a que se recorra para confirmar a tese segundo a qual</u> o pronome seria ininteligível se significasse algo indeterminado, <u>deve-se responder que...</u></p>
---	--

Fonte: ERFURT, 2006, Cap. XXIV-V

As frases e termos sublinhados que aparecem na seqüência argumentativa do texto acima não são apenas marcadores das divisões dos assuntos discutidos nesses capítulos, mas também funcionam como mecanismos de transição no desenvolvimento das idéias que compõem o conjunto da sua argumentação. Nesse caso, o conjunto da argumentação que é exposta por meio dessas fórmulas gira em torno de uma questão disputada entre os gramáticos do séc. XIII: “o pronome significa algo indeterminado?” Poderia-se citar outros exemplos da tradução aqui executada, mas é provável que o texto acima seja suficiente para justificar a importância de dar uma tradução apropriada para os mecanismos coesivos que TE utilizou na *G.E.*

Em resumo: nesta tradução, manteve-se a nomenclatura que ainda é usualmente empregada na gramática tradicional e que é equivalente na *G.E.*; optou-se por traduzir termos específicos da *G.E.* por termos atuais com um sentido não-usual, i.e., por termos em português que são calcados nos seus equivalentes latinos; recorreu-se à tradução interpretativa, quando isso foi necessário; traduziram-se termos e frases como *dicendum quod*, *notandum* e *item*.

Em último lugar, é necessário salientar que o objetivo dessa última opção não visa somente fazer com que a tradução transpareça a proximidade do debate acadêmico medieval e do gênero literário a que se filiam os capítulos da obra que se propôs traduzir, mas também que, com a tradução dessas fórmulas, o texto seja mais compreensível em sua tradução para o português.

CAPUT XXV

De modo significandi essentiali generalissimo verbi.

44 *Modus significandi generalissimus verbi.* Modus significandi generalissimus essentialis verbi est modus significandi rem per modum esse, et distantis a substantia. Ad cuius intellectum est notandum, scilicet esse et distantis, sit forma verbi absolute sumpti, tamen comparando verbum ad participium, modus esse habet rationem materiae, respectu verbi, quia facit verbum cum participio convenire; sed facere convenire est proprietas materiae; modus autem distantis habet rationem formae, quia facit verbum ab omnibus aliis distare et differre. Et quia alia est ratio materiae, et alia ratio formae, ideo componendo unum cum altero, ex utroque resultat unus modus, per naturam compositionis.

45 *Significatio per modum actionis et per modum habitus.* Notandum est, quod modus significandi activus per modum esse

CAPÍTULO XXV

Sobre o modo de significar essencial mais geral do verbo.

44 *O modo de significar essencial geral do verbo.* O modo de significar essencial mais geral do verbo é o modo de significar a coisa por meio do modo de ser e de distar da substância¹. Para entender essa definição é necessário observar que, quando o verbo é comparado ao participio, embora tanto o modo de “ser” quanto o de “distar” sejam a forma do verbo em sentido básico, nota-se que o modo de ser cumpre o papel de matéria com respeito ao verbo e faz com que o verbo e o participio tenham características comuns². De fato, “ter características comuns” é uma propriedade da matéria. O modo de distar cumpre o papel de forma (com respeito ao verbo em relação ao participio), porque faz o verbo distanciar-se, ou seja, diferir de todas as outras classes de palavras. E como um é o papel da matéria e outro o da forma, de sua complementariedade resulta um único modo, por meio da composição³.

45 *A significação por meio do modo da ação e do modo de estar.* É necessário observar que o modo de significar por meio do modo de ser

oritur a proprietate rei, quae est proprietas ipsius esse, scilicet proprietas fluxus et successionis, quae opponitur proprietate entis, quae est proprietas habitus et permanentis, ut prius dictum est.

Et si dicas: esse cuiuslibet rei verbaliter significatur: non tamen omne ens habet esse successivum; nam esse Dei et intelligentiarum non est fluxu et successione, et tamen dicimus: *Deus est*, et *intelligentia est*. Item generatio et corruptio, et illuminatio aëris, non habent esse in successione; et tamen esse illorum verbaliter significatur, ut dicendo: *generatio, et corruptio, et illuminatio aëris sunt, sive fuerunt*.

Dicendum, quod licet esse Dei et intelligentiarum non sit successivum successine temporis, est tamen successivum successione aeternitatis; et licet aeternitas sit tota simul et perfecta possessio, secundum Boëtium; tamen, quia intelligimus ex istis inferioribus, ideo imaginamur ibi successionem et durationem aeternitatis per diversa spatia temporis.

Similiter in generatione et corruptione, licet non sit successio, quae est inter tempora: est tamen ibi successio, quae est inter tempus et terminum temporis; quia impossibile est, quod in eodem instanti aliquod habeat esse et non esse; sed in toto

origina-se da propriedade do ser em si, a saber: a propriedade da mudança e da sucessão, que se opõe à propriedade de um ente, que é a propriedade de estar e de permanecer, como foi discutido anteriormente.

É possível que alguém argumente que o ser de qualquer coisa pode receber significado verbal, embora nem todo ente tenha um ser sucessivo⁴. Porque o ser de Deus e o das inteligências não é sujeito a mudança ou a sucessão, e, apesar disso, dizemos: *Deus existe, a inteligência existe*. Da mesma forma, a geração e a corrupção⁵ e o relâmpado não têm ser sucessivo e, apesar disso, dá-se a eles significado verbal, como quando se diz: a geração e a corrupção e o relâmpado existem/acontecem ou existiram/aconteceram.

Ao argumento acima, deve-se responder que embora o ser de Deus e das inteligências não seja sucessivo na sucessão do tempo, é, todavia, sucessivo na sucessão da eternidade. E, embora a eternidade seja a posse perfeita e total, segundo Boécio⁶, uma vez que entendemos a partir de coisas inferiores, imaginamos a sucessão e a duração da eternidade por meio de muitos espaços de tempo.

Igualmente, na geração e na corrupção, embora não haja a sucessão que existe entre intervalos de tempo, há, todavia, a sucessão que existe entre o tempo e o limite do tempo, porque é impossível que algo exista e não exista simultaneamente. De fato, o não-ente existiu durante todo o tempo

tempore praeterito fuit non ens, nec est dare ultimum instans, in quo fuit non ens, sed bene est dare primus instans, in quo est ens, ut patet ex intentione Philosophi IV *Phys. Text 10 et 11* et deinceps.

Item illuminatio aëris, licet non sit successive, prout successio causatur ex resistentia medii, tamen ibi est successio causata ex resistentia terminorum contrariorum, scilicet a quo, et ad quem. Huic autem modo verbi, qui est modus esse et successionis, proportionatur in supposito et in oblique modus entis, id est, modus habitus permanentis. Item notandum, quod modus distantis in verbo sumitur ab eadem proprietate rei, a qua modus per se stantis sumitur in nomine, scilicet, a proprietate essentiae determinatae.

46 Et si instes: si a proprietate essentiae determinatae trahitur in verbo modus distantis; cum ergo participium eandem rem verbi significet, quae secundum essentiam est distincta; ergo participium modum distantis habet, quod est falsum.

Ad huius solutionem est notandum, quod in una et eadem re possunt reperiri diversae proprietates rei, non repugnantes, a quibus sumi possunt diversi modi significandi activi, licet una vox non imponatur ei, ut stat sub omnibus illis proprietatibus, sed quandoque imponatur una vox ut stat sub

passado e não é possível especificar o último instante em que o não-ente existiu, mas é apropriado estabelecer o primeiro instante em que o ente existiu, o que fica patente ser a intenção do Filósofo no livro IV da *Física*, nos textos 10 e 11 e a seguir⁷.

Da mesma forma, o relâmpago, embora seja sucessivo em virtude da resistência do meio, essa resistência é causada por pólos contrários, a saber: sua origem e seu término⁸.

Nos elementos nominais da construção, existe um modo que é equivalente ao modo do ser e da sucessão no verbo: o modo de um ente, ou o modo de estar e de permanecer⁹.

Por fim, deve-se observar que o modo de distar-da-substância do verbo é derivado da mesma propriedade real de que se deriva o modo de estar-por-si-mesmo do nome: a propriedade da essência determinada.¹⁰

46 Mas alguém pode argumentar que, se o modo de distar é derivado da essência determinada, uma vez que o participio significa o mesmo traço essencial que distingue o verbo (das outras classes de palavras), logo, o participio possui o modo de distar. Isso, porém, é falso.

Para responder a esse argumento, é necessário observar que uma coisa pode ter diversas propriedades, contanto que não sejam incompatíveis. Dessas propriedades podem ser derivados diversos modos de significar, embora não sejam designados por uma única palavra, por meio da qual seriam classificados todos esses

uma proprietate, quandoque alia vox, ut stat sub alia proprietate. Verbi gratia, haec res, *albedo*, habet diversas proprietates, sub quibus possunt ei imponi diversae voces. Nam si consideretur in ea modus entis, qui est modus habitus et permanentis, sic significatur per vocem nominis absolute. Si autem consideretur in ea modus entis, et cum hoc modus essentiae determinatae, sic significatur voce nominis substantivi, ut *albedo*. Si autem consideretur in ea modus entis, et cum hoc modus inhaerentiae alteri secundum essentiam, sic significatur in voce nominis adjectivi, ut *albus*. Item si consideretur in ea modus esse, qui est modus fluxus et successionis, et cum hoc modus essentiae distinctae, sic significatur verbaliter, ut *dealbo*. Item si consideretur in ea modus inhaerentis secundum esse, sic significatur participialiter, ut *dealbans*.

47 *Differentia verbi et participii in significando.* Et sic patet, quod quamvis participium significet eandem rem, quam verbum significat, quae secundum essentiam est distincta, tamen participium

modos¹¹. Na verdade, uma propriedade pode ser designada por uma palavra e outra propriedade por outra. Por exemplo, a “brancura” tem diversas propriedades, para as quais podem ser designadas diversas palavras. Pois, se considerada sob o aspecto do modo de um ente, que é o modo de estar e de permanecer, a brancura é significada pelo (seu próprio) nome, de maneira simples (i.e., como “brancura”—brancura-em-si). Se, todavia, considera-se nela o modo de um ente sob o aspecto do modo da essência determinada, ela é significada por um nome substantivo, como em “a brancura”. Se, entretanto, considera-se nela o modo de um ente sob o aspecto do modo de aderir-a-outro, de acordo com a essência do outro, ela é significada por um nome adjetivo, como em “branco”. Igualmente, se é considerada sob o aspecto do modo de ser, que é o modo da mudança e da sucessão, e, junto a esse modo, o modo da essência determinada, a brancura é considerada verbalmente, como em “embranquecer”. Da mesma forma, se nela é considerado o modo de aderir ao modo de ser do outro, a brancura é significada como participio, como em “embranquecido”.¹²

47 *A diferença de significado entre verbo e o participio.* Portanto, fica claro que o participio, embora signifique a mesma coisa que o verbo, que é distinta de acordo com a sua essência, não signifique, todavia, essa coisa como distinta, mas

non significat eam, ut distinctam, sed ut alteri unitam, et ideo modum distantis non habet.

Et si instes: a proprietate essentiae distinctae oritur modus distantis in verbo, videtur quod modus distantis in verbo non possit convenire omni verbo; quia dicendo: *ens est*, esse non significat aliquid essentialiter distinctum ab omni ente, quia quod est essentialiter distinctum ab ente est non ens. Dicendum est, quod licet hoc verbum *est* non significet aliquid essentialiter ab ente distinctum, attamen in ista propositione subjectum accipitur ut materia, et praedicatum ut forma, quae essentialiter differunt.

Vel dicendum est, quod licet non sit dare ens praeter hoc, vel illud; et cum omne quod est, sit hoc, vel illud, quia ens est concretum, et significat duo, scilicet rem et esse, et illud esse non est ens; ideo hoc verbum est significat aliquid essentialiter distans ab ente.

Vel aliter, licet in ista propositione significatum verbi non differat essentialiter et secundum rem a significato suppositi, differt tamen ab eo secundum rationem, et hoc sufficit ad distantiam et diversitatem verbi a supposito, quae sunt entia secundum rationem.

48 *Verbi definitio*. Verbum ergo est pars

como combinada com um outro. Portanto, o particípio não possui o modo de distar¹³.

É possível que se argumente que embora o modo de distar-da-substância origine-se da (oposição à) propriedade da essência determinada, o modo de distar não ocorre em todos os verbos. Isso porque, na sentença “o ente é” o verbo “ser” não significa algo essencialmente diferente de qualquer ente, uma vez que aquilo que é distinto de um ente de maneira essencial é um não-ente. A isso se responde que, embora esse verbo “é” não signifique algo essencialmente distinto do ente, no entanto, nessa sentença (“o ente é/existe”), o sujeito é entendido como matéria e o predicado como forma e que os tais distinguem-se essencialmente¹⁴.

Ou pode-se responder que, embora o ente, por ser concreto, não ocorra a não ser nesta ou naquela coisa, ele tem duas denotações: significa a coisa e o existir da coisa. O existir da coisa não é o ente e, portanto, o verbo “é” significa algo essencialmente distinto do ente.

Ou pode-se responder que, embora nessa sentença o significado do verbo não se distinga do significado do nominal de maneira essencialmente material, distingue-se dele formalmente, e que isso é o suficiente para a distância e a diferenciação entre o verbal e o nominal, os quais são entidades formais.

48 *A definição do verbo*. Portanto, o verbo é uma

orationis significans per modum esse distantis a substantia.

CAPUT XXVI

De modis significandi essentialibus, subalternis et specialissimis verbi.

49 *Modi significandi subalterni.* Sub hoc modo essentiali generalissimo verbi, ad modos significandi essentialis subalternos, per quamdam divisionem descendamus. Iste ergo modus esse cum distantia, vel sumitur generaliter, tanquam aliquid specificabile per esse speciale, et sic modus esse cum distantia constituit verbum substantivum.

Verbum substantivum, vocativum, et adjectivum. Verbum ergo substantivum est, quod significat per modum esse generaliter, specificabile per quodlibet esse speciale. Unde etiam dicitur substantivum, non ex modo per se stantis, sed quia significat esse generale specificabile; ideo potest stare specificativum cuiuscumque specificantis ipsum. Vel iste modus esse cum distantia sumitur generaliter respectu rei propriae nominationis tantum; et sic constituit verbum vocativum. *Verbum ergo vocativum* significat nominationem in generali, specificabilem per quacumque

parte do discurso que tem significado por meio do modo de distar da substância.

CAPÍTULO XXVI

Sobre os modos de significar essenciais do verbo: os subalternos e os mais especiais.

49 *Os modos de significar subalternos.* Do modo essencial mais geral do verbo dirijamo-nos à divisão de seus modos de significar essenciais subalternos. O modo de ser e de distar é entendido, de maneira geral, como algo especificável por um ser específico e, assim, constitui o verbo substantivo¹⁵.

Os verbos substantivo, vocativo e adjetivo. Portanto, o verbo substantivo significa por meio do modo de ser de maneira geral, que é especificável por qualquer ser especial. Assim, ele não é chamado de substantivo por causa do modo de estar-por-si-mesmo, mas porque significa o ser geral, o qual pode ser especificado. Como resultado disso, o verbo substantivo é especificável por qualquer especificador que o especifique¹⁶.

O modo de ser com distância é derivado, geralmente, da propriedade da denominação e, dessa forma, constitui o verbo vocativo. *O verbo vocativo* significa a denominação de maneira

nominationem propriam in speciali. Vel iste modus esse cum distantia sumitur specialiter, prout stat in speciali pro esse actionis vel passionis; et sic iste modus constituit verbum adiectivum. Verbum ergo adiectivum est, quod actionem vel passionem significat.

50 Modi significandi specialissimi. Iste modus esse specialis subdividitur in quatuor modos essenciais specialissimos, scilicet, in modum actionis, in modum passionis, in modum neutri, et in modum utriusque.

Verbum activum. Modus significandi per modum esse distantis, sub modo actionis tantum, constituit verbum adiectivum activum. Verbum ergo adiectivum activum est, quod significat tantum actionem ut *amo, doceo*.

Verbum passivum. Modus significandi per modum esse distantis, per modum passionis tantum, constituit verbum adiectivum passivum. Verbum ergo adiectivum passivum est, quod significat passionem tantum, ut *amor, doceor*.

Verbum neutrum. Modus significandi per modum esse sub modo neutri, sive sub privatione utriusque, constituit verbum neutrum. Verbum ergo neutrum est, quod nec actionem, nec passionem significat, ut *vivo, sto*, etc. Sicut enim aliqua neutra dicuntur absoluta, non per aliquem modum

geral, que é especificável por qualquer denominação própria de maneira especial.

O modo de ser com distância é derivado de maneira especial para especificar a ação ou a paixão e, dessa forma, esse modo constitui o *verbo adjetivo*. Portanto, o verbo adjetivo significa a ação ou o sofrer uma ação.

*50 Os modos de significar mais especiais*¹⁷. O modo de ser especial subdivide-se em quatro modos essenciais mais especiais, a saber: o modo da ação, o modo de sofrer uma ação, o modo neutro e o modo comum.

O verbo ativo. O modo de significar por meio do modo de distar, somente sob o ponto de vista da ação, constitui o verbo adjetivo ativo. Portanto, o verbo adjetivo ativo significa apenas a ação, como em “amo” e “ensino”.

O verbo passivo. O modo de significar por meio do modo de distar, somente sob o ponto de vista de sofrer uma ação, constitui o verbo adjetivo passivo. Portanto, o verbo adjetivo passivo significa apenas o sofrer uma ação, como em “sou amado” e “sou ensinado”.

O verbo neutro. O modo de significar por meio do modo de ser neutro, ou de estar privado tanto da ação quanto de sofrer uma ação, constitui o verbo neutro. O verbo neutro não significa nem a ação nem o sofrimento de uma ação, como em “vivo”, “estou”, etc. Mas, assim como coisas neutras não são consideradas intransitivas em

significandi, sed per privationem transitionis, sic aliquod verbum dicitur neutrum, non per aliquem modum significandi, sed per privationem actionis, vel passionis, vel alterius.

Iuxta quod notandum est, quod verbum neutrum est ab aliis specificè distinctum, non per privationem actionis, et passionis, sed per modum significandi specialem, qui est modus significandi per modum esse, ut est contractum esse speciali, non esse actionis, vel passionis, sed esse speciali alicuius alterius dictionis.

Et si dicas: non est contractum esse speciali actionis vel passionis; ergo habebit modum esse generalis; et sic verbum neutrum erit verbum substantivum, quod est falsum. Dicendum, quod licet verbum neutrum non habeat modum significandi modo actionis vel passionis contractum, non tamen significat esse generale, ut substantivum; nam verbum substantivum significat esse generale non contractum de se, sed contrahibile. Verbum neutrale significat esse contractum de se, non contrahibile, ut *vivo* significat esse absolute secundum esse vitae; et sic de aliis.

Verbum commune et deponens. Modus

virtude de algum modo de significar, mas por causa de sua ausência de transitividade, assim também um verbo é considerado neutro não por causa de algum modo de significar, mas pela privação da ação ou sofrimento da ação, ou das duas coisas¹⁸.

Além disso, deve-se observar que o verbo neutro não se distingue especificamente dos outros (tipos de verbo) pela privação da ação ou do sofrimento da ação, mas por um modo de significar especial: o modo de restringir o (significado do) ser especial, não como ação ou sofrimento de ação, ou ambos, mas como o ser especial de alguma outra palavra.¹⁹

Mas, alguém pode argumentar assim: se o verbo neutro não é restrito ao ser especial de uma ação ou do sofrimento de uma ação, então o verbo neutro terá o modo de ser de maneira geral e, assim, o verbo neutro equivalerá ao verbo substantivo, o que é falso. Deve-se responder a esse argumento da seguinte forma: apesar de que o verbo neutro não signifique restritamente a ação ou o sofrimento da ação, não significa, todavia, o ser de maneira irrestrita, como no caso do verbo substantivo. Isso porque o verbo substantivo significa o ser geral irrestrito, porém restringível.²⁰ O verbo neutro significa o ser restrito em si, mas não o ser restringível, como é o caso de “vivo”, que significa o ser absoluto na medida do ser da vida e o mesmo ocorre em outros casos .

O verbo comum e depoente. O modo de significar

significandi per modum esse distantis sub modo utriusque, scilicet, actionis et passionis, constituit verbum commune. Verbum ergo commune est, quod significat per modum utriusque, scilicet, actionis et passionis, ut *crimino te*, et *a te*. Verbum ergo deponens non potest esse distincta species ab activo et passivo, nisi per terminationem vocum, quod non est specie differre, cum plures partes orationis possint in una voce et terminatione convenire.

51 Et notandum, quod quidam secundum hos modos, scilicet, actionis, et passionis, neutri, et communis, distinguunt genera in verbo, quod falsum est; sed penes hos modos speciales, species in verbo distinguuntur, cum non sit idem dicere, verbum activum, et activi generis; passivum et passivi generis, etc., ut postea patebit. Patet ergo, quod sicut modus essentialis generalissimus verbi dividitur in modos essentielles speciales; sic verbum absolute sumptum dividitur in verba specialia. Verbum ergo absolute sumptum prima sui divisione dividitur in verbum substantivum, vocativum, et adiectivum. Verbum adiectivum subdividitur in verbum activum, passivum, neutrum, et commune.

por meio do modo de ser e distar comum, i.e., sob o aspecto da ação e do sofrimento da ação, constitui o verbo comum. O verbo comum, portanto, significa por meio do modo de significar tanto a ação quanto o sofrimento da ação, como em *crimino te*, *crimino a te* (“acuso-te”, “sou acusado por ti”). Portanto, o verbo depoente não pode ser uma espécie classificada com base na distinção de ativo e passivo, a não ser que se considere a terminação da palavra, o que não permite a diferenciação entre as espécies, uma vez que muitas partes da oração podem ser representadas pelas mesmas palavras e terem as mesmas terminações.

51 É necessário também observar que alguns indivíduos classificam esses modos, a saber: o modo da ação e de sofrer uma ação, o modo neutro e o modo comum, como diferentes gêneros de verbo, o que é falso. As espécies diferentes de verbos são classificadas por meio desses modos especiais, mas isso não é o mesmo que afirmar que o verbo ativo equivale ao gênero ativo ou que o verbo passivo equivale ao gênero passivo, etc., como ficará claro a seguir. Portanto, fica esclarecido que assim como o modo mais geral do verbo se divide em modos essenciais especiais, assim também o verbo, entendido em seu sentido básico, divide-se em verbos especiais. Logo, o verbo entendido em sentido básico, em sua primeira divisão, é classificado como verbo substantivo, vocativo e adjetivo. E o verbo adjetivo se subdivide em verbo ativo, passivo,

CAPUT XXVII

De modo significandi accidentaliter communissimo verbi.

52 *Compositio verbi.* Consequenter de modi significandi accidentalibus verbi videamus. Iuxta quod notandum est, quod verbum habet quemdam modum significandi, qui vocatur compositio, de quo antiqui grammatici mentionem expresse non fecerunt, quem tamen modum moderni verbo attribuunt, moti ex dicto Philosophi I *Perihermenias*, *Cap. 3*, ubi dicit quod hoc verbum, *est*, significat quamdam compositionem, quam sine extremis non est intelligere; et tamen hoc verbum *est* in omni verbo includitur, tanquam radix omnium; ideo compositio omni verbo inhaeret, per quam verbum distans a supposito ad suppositum principaliter inclinatur; et hunc modum quidam vocant essentialem verbo; quod non est verum, quia non est modus essentialis generalissimus, cum verbo non det esse simpliciter, sed sit praeter eius intellectum essentialem. Nec etiam est essentialis specialis, cum non constituat aliquam speciem verbi, ut de se patet.

Item, verbum de se significat per modum

neutro e comum.

CAPÍTULO XXVII

Sobre o modo de significar acidental mais comum do verbo.

52 *A composição do verbo.* Em seguida, vejamos os modos acidentais do verbo. Em que se observa que o verbo tem um certo modo de significar que recebe o nome de composição, sobre o qual os gramáticos antigos não fizeram menção expressa, ao qual os modernos atribuem um modo ao se basearem nas afirmações de Aristóteles contidas no capítulo I, do livro I do *Da Interpretação*. Nessa obra afirma-se que o verbo “é” significa uma certa composição, a qual não pode ser entendida sem um termo (pós-posto). Todavia, o verbo “é” está implícito em todo os outros verbos, como se fosse o radical de todos eles. Portanto, é através da composição, que é inerente a todo verbo, que o verbo se distancia do sujeito e se inclina ao objeto. E alguns denominam esse modo de modo essencial do verbo, o que não é verdade, porque ele não é um modo essencial, sem o qual o verbo não poderia ser entendido, mas está além do entendimento básico do verbo. Além disso, a composição também não é um modo essencial especial, porque não se constitui em uma espécie de verbo, como já ficou claro.

Igualmente, o verbo significa essencialmente o

distantis; sed compositio non, quia modus esse inhaerentis alteri quasi opponitur; ergo verbum habet compositionem per accidens. Hic autem modus sumitur a proprietate accidentalibus verbi, quae est proprietas inhaerentis alteri secundum esse.

Compositio ergo est modus significandi accidentalibus verbi, mediante quo verbum consignificat proprietatem inhaerentis secundum esse, et quo mediante verbum distans a supposito, primo et principaliter ad suppositum inclinatur. Licet enim verbum per alios modos accidentales ad suppositum inclinatur, hoc tamen est ex consequenti, et specialiter, in quantum supra compositionem fundantur modi illi ipsam contrahentes, sicut modus numeri, et personae, et sic de aliis. Et huic modo verbi, qui est compositio, proportionatur ex parte suppositi modus per se stantis. Et iste modus consequitur verbum ratione modi dicti stantis, quia cum verbum sit alterum extremum in oratione, distans a supposito, et inclinatur ad suppositum, huius inclinationis principale et communissimum principium, inter caeteros modos accidentales verbi, est compositio. Et dico accidentales, quia verbum prius per modum esse inclinatur ad idem, quod habet modum entis; sed ille modus est essentialis,

modo de distar (da substância). Mas a composição não significa esse modo, porque o modo de ser inerente a outro e o modo de distar (de outro) de certa maneira se opõem. Logo, o verbo possui a composição de maneira accidental.²¹ Esse modo é, portanto, derivado de uma propriedade accidental do verbo: a propriedade de ser inerente a outro segundo o ser (do outro).²²

Portanto, a composição é o modo de significar accidental do verbo, mediante o qual o verbo co-significa a propriedade de ser inerente ao ser (do nome) e mediante o qual o verbo, que se distancia do suposto, volta-se principalmente a ele. E, embora o verbo volte-se ao suposto por meio de outros modos accidentais, isso se dá especificamente como consequência do fato desses outros modos se unirem e fundamentarem na composição, como é o caso do modo do número e da pessoa e da mesma forma nos demais modos. Além disso, existe um modo equivalente no sujeito que é complementar ao modo da composição no verbo: o modo de estar por si mesmo. Esse modo acompanha o verbo em virtude de seu modo de independência. Como o verbo é o elemento da sentença que tanto se distancia quanto tende ao sujeito, a composição é, dentre os modos accidentais, o modo principal e mais geral do verbo voltar-se ao sujeito.²³

Afirmo que esses modos são accidentais porque o verbo, em virtude de seu modo de ser, tende

ut dictum est.

Nec obstat si compositio quae est modus inhaerentis simul stet cum modo distantis in verbo; quia licet eidem insint, et respectu eiusdem, non tamen eodem modo, et secundum idem; nam modus distantis inest verbo a proprietate essentiae distinctae; sed compositio a proprietate inhaerentis alteri secundum esse. Nec eodem modo, quia modus distantis inest verbo per se, compositio vero per accidens.

CAPUT XXVIII

De modis accidentalibus specialibus verbi, et in particulari de qualitate.

53 *Accidentia verbi septem.* De aliis modis significandi accidentalibus verbi, qui sunt, et quod, videamus. Et secundum Donatum sunt septem, scilicet, qualitas, coniugatio, genus, numerus, figura, tempus, persona, de quibus secundum ordinem videamus, et primo de qualitate.

54 *Qualitas verbi.* Iuxta quod notandum est, quod per qualitatem Donatus intelligit et dat intelligere duos modos accidentales verbi, scilicet, modum et formam; sicut in nomine per qualitatem dat intelligere duos

prioritariamente ao elemento que possua o modo de um ente, mas e o modo de ser é um modo essencial do verbo, como foi discutido anteriormente.

Nada impede que o modo da composição, que é um modo da inerência no ser de outro, e o modo de distar da substância se encontrem ao mesmo tempo no verbo, porque, embora incidam no mesmo sujeito, não o fazem da mesma maneira. Pois, enquanto o modo de distar ocorre no verbo por causa da sua propriedade da essência distinta, a composição está no verbo por causa da propriedade de ser inerente em outro de acordo com o ser desse outro. Não é da mesma maneira que isso ocorre, porque o modo de distar está no verbo em si mesmo e o modo da composição, na verdade, está no verbo por acidente.

CAPÍTULO XXVIII

Sobre os modos accidentais e, em particular, sobre a qualidade.

53 *Os sete acidentes do verbo.* Vejamos agora quais e quantos são os outros modos accidentais do verbo. Segundo Donato, eles são sete, a saber: a qualidade, a conjugação, o gênero, o número, a forma, o tempo, a pessoa, que serão apresentados nessa ordem, a qualidade vindo em primeiro lugar.

54 *A qualidade do verbo.* Em que se deve observar que Donato dá a entender por qualidade dois modos accidentais do verbo: o modo e a forma. Da mesma forma que no nome ele dá a entender por qualidade dois modos de significar:

modos significandi, scilicet appellativum et proprium, et in pronomine per qualitatem, demonstrationem et relationem.

55 *Modus verbi.* Modus autem, ut est accidens verbi, sumitur a proprietate rei verbi, quae est proprietas qualificationis, dispositionis, et inclinationis rei verbi ad suppositum, significans qualitatem indicii, imperii, voti, dubii, vel infiniti. Modus ergo verbi nihil aliud est quam modus significandi accidentaliter verbi, mediante quo proprietatem verbi per modum indicii, imperii, voti dubii, vel infiniti circa verbi dependentiam ad suppositum consignificat. Et ex his qualificationibus et dispositionibus anima prius afficitur, quando ad enuntiandum actum de substantia inclinatur.

Inde est quod Petrus Helias deffiniens modum dixit: modus est varia animi inclinatio, varios eius affectus demonstrans; sed non quod modus sit ipsa inclinatio, sed qualitas inclinationis, non ea, qua anima inclinatur ad enuntiandum actus de substantia; sed modus, ut est accidens verbi, est qualitas compositionis, qua verbum inclinatur ad suppositum.

Quaedam qualitas est animae, hoc est, causata ab anima, sicut et caetera verbi accidentia, representans diversos affectus, hoc est, dispositiones animae, id est, prius

o apelativo e o próprio e, igualmente, no pronome, dá a entender por qualidade a demonstração e a relação.

55 *O modo do verbo.* O modo, enquanto acidente do verbo, é derivado de uma propriedade do verbo. Essa é a propriedade da qualificação, da disposição e do voltar-se do verbo ao sujeito, que significa a qualidade da indicação, da ordem, do desejo, da dúvida ou da neutralidade. Portanto, o modo do verbo não é outra coisa que o modo de significar accidental do verbo, mediante o qual a propriedade do verbo co-significa acerca da dependência do verbo em relação ao sujeito, por meio do modo da indicação, da ordem, do desejo, da dúvida, ou da neutralidade. E a mente é afetada por essas qualificações e disposições antes de ser levada a um ato de enunciação a respeito de uma substância.

É por isso que Pedro Hélio, ao definir o modo, declarou: o modo é o conjunto das diferentes emoções que exterioriza os estados da mente. Não que o modo seja esse estado da mente, mas sim a qualidade desse estado, e não ele mesmo, por meio da qual a mente se movimenta na direção de enunciar a respeito da substância. De fato, enquanto acidente do verbo, o modo é a qualidade²⁴ da composição com que o verbo se move na direção do suposto.

Existe uma certa qualidade da mente, isto é, causada pela mente, que, como os demais acidentes do verbo, exterioriza as diferentes emoções, ou seja, as diversas disposições que

existentes in anima. Et iste modus significandi, qui vocatur modus, est continens verbum ratione compositionis; compositio sequitur verbum ratione distantis; et secundum diversitatem harum qualitatum diversificatur modus per quinque differentias, scilicet: per indicativum, imperativum, optativum, coniunctivum et infinitivum. Dicitur autem infinitivus, quia omnibus communis est, cum omnes modi in ipsum resolvantur: ut dicendo, *lego*, id est, *indico me legere*; *lege*, id est, *impero te legere*, et sic de aliis.

Correspondia verbi et suppositi.

Notandum, secundum quosdam, quod modo finito in verbo correspondet casus simpliciter in supposito, quae est ratio principii, vel termini generaliter sumpti. Quod non est verum, quia cum ratio principii sit tantum a parte ante, tanquam in supposito; et ratio termini sit tantum a parte post, tanquam in obliquo; si modo finito in verbo corresponderet casus simpliciter in supposito, tunc vel ratio termini esset in supposito, vel modus determinaret dependentiam verbi post se in obliquo; quo posito, modus non solum esset qualitas compositionis, qua verbum dependeret ante se ad suppositum, sed etiam esset qualitas dependentiae verbi post se ad obliquum:

antes tinham apenas existência mental. Este modo de significar, que é denominado modo, está contido no verbo por causa do modo da composição, a qual resulta do modo de distar da substância, no verbo. E, de acordo com a diversidade das qualidades, o modo diversifica-se em cinco diferenças, a saber: indicativo, imperativo, optativo, substantivo e infinitivo. O infinitivo é assim denominado porque é comum a todos, uma vez que todos os modos podem ser transformados no infinitivo, como ao dizer “leio” se diz o mesmo que “estou a ler”, e ao dizer “lê!”, o mesmo que “ordeno-te a ler!”, e assim nos outros casos.

A correspondência do verbo e do sujeito.

Segundo alguns o modo finito do verbo corresponde univocamente à inflexão de caso do sujeito, que é, de maneira geral, o modo de principiar ou terminar uma ação. Isso não é verdade: embora o potencial de principiar esteja apenas no primeiro elemento da sentença, que é o sujeito, e o potencial de determinar esteja apenas no último elemento da sentença, que é o objeto, se o modo finito do verbo correspondesse ao caso do sujeito de maneira unívoca, ou o potencial de determinar estaria no sujeito, ou o modo determinaria a dependência do verbo no objeto que vem depois de si. Com isso, o modo não somente seria a qualidade da composição, por meio de que o verbo dependeria do sujeito que vem antes de si, mas também seria a qualidade da

sed utrumque est falsum. Unde dicendum, quod modo finito in verbo correspondet in supposito ratio principii. Sicut enim verbum per modum esse exigit in suppositum modum entis per se stantis; sic per modum, qui est qualitas compositionis, exigit in supposito modum per se stantis, in ratione principii se habentis.

56 *Forma verbi.* Forma, quae est accidens verbi, idem est, quod species in nominis, et ab eadem proprietate sumpta, scilicet a modo essendi primarie vel secundarie. Forma ergo est modus significandi accidentalis verbi, mediante quo verbum modum existendi primarium vel secundarium significat. Et dividitur in formam perfectam, meditativam, frequentativam, inchoativam, diminutivam, et desiderativam. Per formam perfectam debet intelligi species primitiva; quia quae sunt perfectae formae sunt primitivae speciei, quia significant rem verbi absolute, ut *lego*, *sorbeo*, *volo*, et *sum*. Sed quae sunt inchoativae formae, et sic de caeteris, sunt derivativae speciei; quae non significant rem verbi absolute sed cum quadam additione, scilicet, sub inchoatione, frequentatione, et sic de caeteris, ut *fervesco*, *lecturio*, *patrisso*, *sorbillo*, etc.

dependência do verbo no objeto que vem depois de si. Mas ambas as coisas são falsas. Sendo assim, deve-se afirmar que o potencial de principiar do sujeito corresponde ao modo finito do verbo. Da mesma forma, o verbo, por meio do modo de ser, exige o modo de estar-por-si-mesmo no sujeito. Portanto, o verbo, por meio de um modo que expressa a qualidade da composição, exige, no suposto, um modo de estar-por-si que possui o potencial de principiar (a ação do verbo).

56 *A forma do verbo.* A forma—um modo accidental do verbo—é semelhante à espécie no nome e é derivada da mesma propriedade, a saber: o modo de existir primário ou secundário.²⁵ Portanto, a forma é o modo accidental do verbo mediante o qual o verbo significa o modo de existir primário ou secundário. A forma divide-se em forma perfeita, meditativa, frequentativa, incoativa, diminutiva e desiderativa. Por forma perfeita deve ser entendida a espécie primitiva. As formas perfeitas são de espécie primitiva porque significam a propriedade do verbo de maneira básica, como em “leio”, “bebo”, “quero” e “sou”. Mas, as formas incoativas, bem como as demais, são de espécie derivativa e não significam a essência do verbo de maneira básica, mas por meio de certa adição, como em “aqueço”, “seleciono”, “apadrinho”, “beberico”, etc.

CAPUT XXIX

De coniugatione et significatione accidentalium verbi.

57 *Coniugatio verbi.* Ulterius videndum est de coniugatione. Est autem coniugatio modus significandi rem verbi prout inflectitur per diversas proprietates temporum, numerorum, modorum, et personarum. Unde habet se sicut declinatio in nomine; quia sicut declinatio in nomine est modus significandi rem nominis, prout inflectitur per diversas proprietates casuum, sic coniugatio in verbo est modus significandi rem verbi, prout inflectitur per diversas proprietates temporum, numerorum, modorum, et personarum. Sed differunt, quod declinatio attenditur penes inflexionem unius accidentis, qui est casus. Ideo Donatus declinationem sub casu comprehendebat. Coniugatio autem attenditur penes inflexionem plurium accidentium; ideo sub nullo proprie et determinate potest comprehendi; et ideo inter alia accidentia verbi numeratur. Quod autem coniugatio sit prima, secunda, tertia, vel quarta, consequens, vel inconsequens, hoc totum a parte vocis attenditur. Et ex hoc patet, quod *sum* et *volo* habent coniugationem, licet non primam, secundam, tertiam, vel quartam.

CAPÍTULO XXIX

Sobre a conjugação e significação accidental do verbo.

57 *A conjugação do verbo.* Em seguida, é necessário discutir a conjugação. A conjugação é o modo de significar a essência do verbo enquanto flexionado por meio das diversas propriedades dos tempos, dos números, dos modos e das pessoas. Por isso, comporta-se como a declinação no nome. Porque, assim como a declinação é o modo de significar a essência do nome enquanto flexionada por meio das diversas propriedades dos casos, da mesma forma, a conjugação é o modo de significar a essência do verbo enquanto flexionada por meio das diversas propriedades dos tempos, dos números, dos modos e das pessoas. Mas elas diferem entre si. Por um lado, a declinação é pensada por meio da inflexão de um único acidente: o caso. Daí que Donato incluía a declinação sob o caso²⁶. A conjugação, por outro lado, é pensada por meio da inflexão de muitos acidentes e, portanto, não pode ser classificada de maneira própria e determinada sob nenhum deles. Logo, a conjugação é enumerada entre os outros acidentes do verbo. Que a conjugação possa ser de primeira, segunda, terceira, ou quarta conjugação—regular ou irregular—, isso tudo se depreende da expressão. Disso fica claro que “sou” e “quero” tenham conjugação, embora ela não seja classificada como primeira, segunda, terceira ou quarta.

58 *Significatio accidentalis verbi.* De significatione accidentali, quam Priscianus et Donatus comprehendunt sub genere verbi, videamus. Iuxta quod sciendum, quod significatio sumitur a proprietate rei verbi, quae est proprietas dependentiae ad quemlibet obliquum post se, habentem se in ratine per se standi. Significatio ergo accidentalis est modus significandi accidentalis verbi, mediante quo verbum significat proprietatem dependentiae ad quemlibet obliquum post se. Sicut enim compositio est modus significandi, mediante quo verbum primo et principaliter dependet ad quodlibet suppositum ante se; ita significatio est modus significandi, mediante quo verbum primo et principaliter dependet ad quemlibet obliquum post se.

Et hoc patet per Petrum Heliam, qui per significationem accidentalem vult intelligere modum transeuntis, id est, modum dependentis ad quemlibet obliquum post se. Et huic modo significandi proportionatur modus entis per se stantis a parte post in obliquo. Nam sicut verbum per compositionem exigit modum entis per se stantis in quolibet supposito a parte ante; sic verbum per significationem accidentalem exigit modum entis per se stantis in quolibet obliquo. Vocatur autem iste modus

58 *A significação accidental do verbo.* Atentemos agora para a significação accidental, que Prisciano e Donato classificam sob o gênero do verbo²⁷. Em que se deve saber que a significação é derivada de uma propriedade da essência do verbo, que é a propriedade do verbo depender de qualquer objeto (posicionado) depois si (na sentença), assim como a composição é o modo de significar mediante o qual o verbo primeira e principalmente depende de qualquer sujeito (posicionado) antes de si (na sentença). Assim, a significação é o modo de significar mediante o qual o verbo, primeira e principalmente, depende de qualquer objeto (posicionado) depois de si (na sentença).

Essa definição fica clara em Pedro Hélio, que dá a entender por significação accidental o modo da transitividade, isto é, o modo de depender de qualquer objeto pós-posto ao verbo. E existe no objeto pós-posto um modo de significar proporcional a esse modo do verbo: o modo de um-ente-estar-por-si-mesmo. Porque, assim como o verbo, por meio da composição, exige o modo de um-ente-estar-por-si-mesmo em qualquer sujeito que lhe seja anteposto, assim também o verbo, pela significação accidental, exige o modo de um-ente-estar-por-si-mesmo em qualquer objeto (pós-posto ao verbo). Esse modo

significatio, quia ipsa mediante verbum repraesentat proprietatem immediate supra significatum verbi fundatam. Et dicitur accidentalis, quia non est essentialis, generalis, nec specialis, ut dictum est de compositione.

CAPUT XXX

De genere accidentali verbi.

59 *Genus verbi.* Consequenter de genere videamus. Genus in verbo sumitur a proprietate rei verbi, quae est proprietas dependentiae rei verbi, post se ad obliquum, sub ratione termini non contracti, sed contrahibilis. Genus ergo in verbo est modus significandi accidentalis verbi, mediante quo proprietatem dependentiae rei verbi post se ad obliquum, sub ratione termini, significat. Et hoc patet per Petrum Heliam, qui diffinit genus per significationem accidentalem, sic dicens: genus est significatio accidentalis cum determinatione in /-o/ vel in /-or/; dans intelligere per significationem accidentalem, modum significativum transeuntis, ut dictum est, id est, dependentiae ad quemlibet obliquum post se. Per determinationem in /-o/ vel in /-or/, dat intelligere species generis, quarum diversitas maxime attenditur penes vocis

é chamado de significação porque é por meio dele que o verbo representa a propriedade que se fundamente imediatamente sobre a significação do verbo. E ele é chamado de accidental porque não é essencial, nem geral, nem especial, como foi afirmado da composição.

CAPÍTULO XXX

Sobre a voz accidental do verbo.

59 *A voz do verbo.* Em seguida, vejamos a voz. No verbo, a voz é derivada da propriedade da dependência da essência verbal no objeto pós-posto, que tem o potencial de ser um termo explícito ou implícito²⁸. Portanto, a voz é um modo de significar accidental do verbo, mediante o qual o verbo significa a propriedade da dependência da essência verbal no objeto que lhe é pós-posto (na sentença); tal objeto tem o potencial de estar explicitamente ligado ao verbo como termo. E isso fica claro em Pedro Hélio, que define a voz por meio da significação accidental, ao dizer: a voz é a significação accidental com um determinador, como em “radical + o” (am-o) ou em “radical + or” (am-or). Como foi discutido anteriormente, Pedro Hélio dá a entender por significação accidental o modo significativo da transitividade, isto é, o modo da dependência do verbo no objeto pós-posto. Por terminação em “-o” e “-or”, Pedro Hélio dá a entender as espécies de voz, as quais

terminationem, secundum grammaticos, ut patebit.

Notandum, quod haec definitio generis non est formalis, sed materialis. Genus enim non est formaliter significatio, quia unus modus non est alius, sed genus est quasi qualitas significationis determinans sive specificans significationem. Sicut enim se habet modus verbi ad compositionem, sic se habet genus ad significationem. Sed modus verbi non est formaliter compositio, vel inclinatio, sed qualitas compositionis, vel inclinationis, ut dictum est. Sic genus non est formaliter significatio, sed qualitas significationis ipsam contrahens et disponens.

Item, sicut modus consequitur verbum ratione compositionis, sic genus consequitur verbum ratione significationis. Et vocatur iste modus significandi genus, a generando dictum, quia vox unius generis generatur a voce alterius generis, ut vox passiva generata a voce activa.

Unde habet verbum quod sit activum vel passivum vel neutrum. Quod autem aliquod verbum sit generis activi, vel passivi, vel neutri, et sic de caeteris, hoc maxime a parte vocis attenditur. Et hoc

são mais observáveis entre as diversas terminações das palavras, segundo os gramáticos, como ficará claro a seguir.

Observe-se que essa definição de voz não é formal, mas material²⁹. De fato, a voz não equivale formalmente à significação, porque um modo não é o outro. Mas a voz é, de certa forma, a qualidade da significação que determina ou especifica a significação. Da mesma forma que o modo do verbo se comporta na composição, a voz se comporta na significação. Assim como o modo do verbo não é formalmente a sua composição ou inclinação (para se ligar ao sujeito), mas sim a qualidade dessa composição ou inclinação, a voz, de igual maneira, não é formalmente a significação, mas a qualidade da significação que a liga ou a dispõe (em relação ao objeto da sentença).

Em outras palavras, assim como o modo acompanha o verbo por causa da composição, a voz acompanha o verbo por causa da significação. E este modo de significar é chamado de voz (*genus*), porque é tido como derivado de “gerar”, já que uma palavra de uma determinada voz é gerada de outra palavra de uma outra voz, como a voz passiva é gerada da voz ativa.

Porque o verbo pode ser ativo, passivo ou neutro. Que um verbo seja de voz ativa, passiva ou neutra³⁰, e assim por diante, é mais observável na parte material da expressão. E, de fato, isso fica claro em Donato³¹, que define tal modo ao

etiam patet per Donatum, qui tali modo diffinit genus activum, dicens quod genus activum est quod desinit in /-o/, et postest accipere /-r/ super /-o/, et facere ex se passivum. Et quia verbum per vocis terminationem non magis determinat sibi actionem quam passionem, ideo dubium est, quare verbum sub terminatione vocis in /-o/ magis debet esse activi generis, quam passivi, et sic de caeteris. Unde dicendum est, quod, cum genus verbi sit ratio significandi dependentiam rei verbi post se ad obliquum sub ratione termini, ut dictum est; et cum huiusmodi dependentia sit aliquando actione coniuncta, ut *amo te*; et aliquando passione coniuncta, ut *amor a te*; aliquando tam actione, quam passione coniuncta, ut *crimino*, *amplector*; aliquando neutro, ut *spiro*, *vivo*; aliquando actione coniuncta, deposita passione, aut e converso, ut *loquor*, *irascor*; inde est quod quoddam genus est activum, quoddam passivum, et sic de caeteris. Sed oportet praeter hoc ad vocis terminationem attendere, si velimus genera verborum servare.

Verbum activum. Dicendum ergo quod

declarar que a voz ativa (em latim) tem desinência em *-o* e que essa desinência pode receber um *-r* e se tornar passiva. Mas, uma vez que o verbo não determina sua ação ou paixão por meio de uma terminação de palavra, é discutível afirmar que o verbo com a terminação *-o* deva ser de voz ativa ou passiva, ou de outras quaisquer³². Em decorrência disso, é necessário afirmar que a voz do verbo é o potencial de significar a dependência da essência do verbo em um objeto que lhe é pós-posto. Tal objeto é um termo em potencial, com já se discutiu anteriormente. A dependência desse tipo pode ser: uma ação ligada ao verbo, como em *amo te* (“amo-te”); uma paixão ligada ao verbo, como em *amor a te* (“sou amado por ti”); uma ação e uma paixão, como em *crimino* (“incrimino”) e *amplector* (“abraço/sou abraçado”); um neutro, como em *spiro* (“respiro”) e *vivo* (“vivo”); uma ação ligada ao verbo, mas que se constitui em uma expressão com o passivo desativado ou o contrário disso; como em *loquor* (“falo”) e *irascor*, (“iro-me”). Dessa forma, às vezes a voz é ativa, outras vezes passiva, e assim por diante. Todavia, em adição ao que acaba de ser discutido, é conveniente atentar para a terminação da palavra, se quisermos observar as vozes do verbo.

O verbo ativo. Portanto, deve-se afirmar que o verbo ativo ou de voz ativa é aquele que pode

illud verbum est activum, seu activi generis, quod sub terminatione vocis in /-o/, postes mutari in /-r/, et frequentius actionem significat, ut *amo*, *lego*. Et dicitur frequentius, propter ista verba, *timeo*, *liceo*, *metuo*, et huiusmodi, quae sub voce activa modum passionis significant.

Verbum passivum. Verbum passivi generis est, quod sub terminatione vocis in /-r/, postest mutari in /-o/, et frequentius passionem significat, ut *amor*, *legor*. Et dico frequentius, propter *liceor*, et huiusmodi, quae sub voce passiva actionem significant.

Verbum neutrum. Verbum neutri generis est, quod sub terminatione vocis in /-o/, non potest mutari in /-r/, et sub indifferentia, vel indeterminatione, actionem vel passionem significat, ut *curro*, *ferveo*, *vivo*: ita quod respiciendo ad omnia verba neutri generis, quaedam significant actionem tantum, ut *curro*; quaedam passionem tantum, tu *ferveo*; quaedam neutrum, ut *sto*, *vivo*.

Verbum deponens. Verbum deponentis generis est, quod sub terminatione vocis in /-r/ non postes mutari in /-o/, et consignificat actionem, deposita passione;

mudar a sua terminação de -o para -r (em latim). Frequentemente, o verbo ativo significa uma ação, como em “amo” e “leio”. Diz-se “frequentemente”, porque verbos como *timeo*, “temo”, *liceo*, “sou avaliado”, *metuo*, “receio”, e outros desse tipo, significam o modo da passiva sob a forma de uma expressão ativa.

O verbo passivo. O verbo de voz passiva é aquele que pode mudar a sua terminação de -r para -o (em latim). Frequentemente, o verbo passivo significa a paixão, como em *amor*, “sou amado”, *legor*, “sou lido”. Uso a expressão “frequentemente” por causa de verbos como *liceor*, “avalio”, que significam o modo ativo sob a forma de uma expressão passiva.

O verbo neutro. O verbo neutro é aquele que não pode mudar sua terminação de -o para -r, e, indiferente ou indeterminadamente significa a ação ou a paixão, com em *curro* (“corro”), *ferveo*, (“fervo”), *vivo* (“vivo”). Por isso, considerando-se todos os verbos de voz neutra, alguns significam apenas a ação, como *curro*; outros, apenas a paixão, como *ferveo*; outros, o neutro, como *sto*, (“estou de pé”) e *vivo* (“vivo”).

O verbo depoente. O verbo depoente é aquele que não pode mudar sua terminação de -r para -o. O verbo depoente, com o passivo desativado, pode co-significar o ativo, como em *luctor*, “esforço-me”, *sequor*, “sigo”, *vereor*, “tenho

ut *luctor, loquor, sequor, vereor, lucror, laetor, fruor*, et alia multa eius generis; vel passionem, deposita actione, quorum solum duo inveniuntur, *patior* scilicet, et *nascor*, et non differunt a praedictis generibus, nisi penes vocis terminatinem.

Verbum commune. Verbum communis generis est, quod sub terminatione vocis in /-r/ non potest mutari in /-o/, et consignificat actionem et passionem simul; quorum novem inveniuntur, scilicet, *crimino*, *amplector*, *osculor*, *interpretor*, *moror*, *veneror*, *largior*, *experior*, *hortor*, et alia nonnulla deponentia, quae apud auctores etiam inveniuntur in passiva significatione, ut *comitor*, etc. Et notandum, quod sicut modo finito verbi correspondet ratio principii in supposito, sic generi in verbo correspondet ratio termini in obliquo.

60 Ex dictis concludo, quod verbum, praeter numerum et personam, habet tot modos significandi respectivos, quibus dependet post se ad obliquum, quot habet, quibus dependet ante se ad suppositum, secundum similitudinem se habentes. Quod patet, quia sicut verbum per modum esse requirit modum entis in supposito, sic per pereundem modum esse exigit modum entis in obliquo. Et sicut verbum per

escrúpulo”, *laetor*, “alegro-me”, *fruor*, “desfruto” e em muitos outros verbos desse tipo. O verbo depoente, com o ativo desativado, pode co-significar o passivo, como nos únicos dois casos encontrados: *patior*, “sofro” e *nascor* “nasço”.

O verbo comum. O verbo de voz comum não pode mudar sua terminação de -r para -o e co-significa simultaneamente a atividade e a passividade. São encontrados nove verbos desse tipo, a saber: *crimino*, “acuso”, *osculor*, “beijo”, *interpretor*, “interpreto”, *moror*, “demoro”, *veneror*, “suplico”, *largior*, “prodigalizo”, *experior*, “ensaio”, *hortor*, “exorto”, e alguns depoentes que são encontrados nos autores com significado passivo, como em *comitor*, “acompanho”. Deve-se observar que assim como o modo finito do verbo corresponde ao potencial de principiar do sujeito, assim também a voz do verbo corresponde ao potencial de terminar do objeto.

60 A partir do que foi discutido até aqui, concluo que o verbo, com exceção do número e da pessoa, tem tantos modos de significar respectivos com que depende do objeto pós-posto, quanto modos respectivos com que depende do sujeito anteposto³³. E isso explica porque o verbo, por meio do modo de ser, requer o modo de um-ente no sujeito e, por meio do mesmo modo de ser, requer o modo de um-ente no objeto. E, assim como o verbo, por meio da composição, exige o modo de estar-por-si-mesmo no sujeito, assim

compositionem exigit modum per se stantis in supposito, sic per significationem accidentalem exigit modum per se stantis in obliquo.

Item, sicut verbum per modum distantis exigit per se stantis pro supposito, ita per eundem modum esse exigit modum entis in obliquo. Et sicut verbum per modum compositionis exigit modum entis per se stantis in ratione principii in supposito, sic per modum generis exigit modum entis per se stantis in ratione termini in obliquo.

Item, sicut verbum per modos proportionales casibus modo verbi superadditos, exigit in supposito rationem principii, aliter et aliter coniunctam, et ex consequenti aliud et aliud suppositum; sic etiam verbum per modos proportionales casibus generi verbi superadditos exigit in obliquo rationem termini, aliter et aliter coniunctam, et ex consequenti alium et alium obliquum.

Notandum ergo, quod sicut inter modos significandi verbi, quibus dependet ante se ad suppositum, modus dependendi ad nominativum videtur esse principalis. Unde

também, por meio da significação accidental, o verbo exige o modo de estar-por-si-mesmo no objeto.

Da mesma forma que o verbo, por meio de seu modo de distar-da-substância, exige o modo de estar-por-si-mesmo no sujeito, por meio desse mesmo modo de ser (i.e., por meio do modo de distar-da-substância) o verbo também exige, como princípio da ação verbal, o modo de um ente no objeto. Em assim como o verbo, por meio de seu modo da composição, exige o modo de estar-por-si-mesmo no sujeito, da mesma forma, por meio do modo da voz, o verbo exige o modo de estar-por-si-mesmo no objeto, como término de sua ação verbal. Igualmente, assim como o verbo exige o potencial de principiar a ação verbal no sujeito, por meio dos modos proporcionais aos casos que são adicionados ao modo do verbo—o que resulta em um tipo ou outro de concordância e, conseqüentemente, em um tipo ou outro de sujeito—assim também o verbo, por meio dos modos proporcionais que são adicionados à voz do verbo, exige a capacidade de terminar a ação verbal, por parte do objeto—o que resulta em um tipo outro de concordância e, conseqüentemente, em um tipo ou outro de objeto.

Portanto, deve-se observar que o modo de depender do nominativo parece ser o principal dentre os modos de significar com os quais o verbo depende do sujeito anteposto. Em decorrência disso, a construção intransitiva de

constructio intransitiva verbi cum nominativo a parte ante maxime videtur esse intransitiva, quae potior est aliis; et quia sola perfecta sit inter alios modos transeundi et dependendi; et a parte post, ad obliquum modum dependendi et transeundi ad activum, videtur esse principalis. Unde et constructio transitiva verbi et participii cum activo maxime videtur esse transitiva; quae maxime est evidens inter alias constructiones transitivas. Et hoc attendentes grammatici, posuerunt quaedam verba transitiva dictum modum transeuntis habentia, ut *amo*, *lego*; quaedam autem absoluta, id est, huiusmodi dependentia et transitione privata, ut *sto*, *curro*, *vivo*, *ambulo*, *sedeo*, *spiro*, et huiusmodi.

CAPUT XXXI

De persona, numero et figura verbi.

61 *Verbum mutuat personam, et numerum*

tipo “nominativo + verbo” é vista como maximamente intransitiva e como a mais poderosa de todas as construções, já que é a única construção perfeita dentre todos os outros modos de transitar e de depender³⁴. A construção pós-posta (i.e., transitiva), que possui um modo ativo por meio de que o verbo depende do objeto e transita para ele, parece ser o tipo principal dessa construção. Assim, tanto a construção transitiva do verbo quanto do particípio parecem como maximamente transitivas, porque isso é muito observável entre as construções transitivas. Ao atentarem para isso, os gramáticos estabeleceram certos verbos como transitivos, por possuírem o modo de transitar mencionado acima, como *amo*, “amo” e *lego* “leio”, e estabeleceram certos verbos como absolutos (intransitivos), isto é, privados tanto de dependência quanto de transitividade, como *sto*, “levanto-me”, *curro*, “corro”, *vivo*, “vivo”, *ambulo*, “caminho”, *sedeo*, “tomo assento”, *spiro*, “respiro” e outros como esses.

CAPÍTULO XXXI

Sobre a pessoa, o número e a forma do verbo.

61 *O verbo deve sua pessoa e seu número ao*

a supposito. De persona, numero et figura in verbo dicendum est sicut in nomine. Nam ab eisdem proprietatibus sumuntur utrobique, licet differenter, quia numerus et persona insunt verbo, non ex proprietate suae rei per se loquendo, sed ex proprietate rei suppositi; quod patet de persona. Nam persona est modus significandi, quomodo mediante verbum proprietatem loquendi consignificat non inhaerentem de se, sed ut res verbi applicabilis est rei suppositi subsistentis per se secundum proprietates loquendi. Unde persona inest verbo ex aptitudine attribuendi supposito secundum variam attributionem.

Persona autem verbi distinguitur per triplicem differentiam, scilicet, primam, secundam, et tertiam. Unde illud verbum dicimus esse primae personae attributum, quod est applicabile supposito, prouti stat sub proprietate loquendi de se, et sic de aliis. Et ex hoc sequitur, quod illud verbum est nullius personae, quod supposito sub certo modo loquendi non est applicabile. Et eodem modo dicendum est de numero, et figura, etc.

CAPUT XXXII

De tempore verbi.

62 *Tempus praesens, praeteritum, futurum.*

sujeito. Sobre a pessoa, o número e a forma do verbo deve-se declarar o mesmo que se declarou do nome, pois estes acidentes se derivam das mesmas propriedades nos dois casos, embora de maneira diferente. A diferença é que o número e a pessoa não estão no verbo por causa da essência verbal, mas em virtude da essência do sujeito. Isso é evidente com relação à pessoa, porque a pessoa é o modo de significar por meio de que o verbo não co-significa a propriedade do falar como inerente a si mesmo, mas apenas na medida em que a propriedade do falar, que pertence à essência independente do sujeito, é aplicada a sua essência verbal. Por isso, a pessoa encontra-se no verbo com a aptidão de atribuir ao sujeito uma atribuição que varia.

A pessoa do verbo diferencia-se por uma tríplice distinção, a saber: em primeira, segunda e terceira. Com base nisso, declaramos que se atribui primeira pessoa ao verbo cujo sujeito esteja falando de si mesmo. O mesmo acontece com as outras duas pessoas. Como resultado disso, um verbo é de nenhuma pessoa, quando não é possível aplicar nenhum modo de falar a seu sujeito. E se deve declarar a mesma coisa sobre o número, a forma, etc.

CAPÍTULO XXXII

Sobre o tempo do verbo

62 *O tempo presente, o pretérito, o futuro.* Por último, devemos discutir o tempo. Sobre o qual é

Ultimo de tempore dicendum est. Iuxta quod est sciendum, quod sicut in re extra, tempus consequitur ipsum modum esse, sicut mensura mensuratum; sic modus temporis secundum esse rationis consequitur modum esse, qui est modus fluxus et successionis.

Tempus ergo, ut est accidens verbi, est modus significandi accidentaliter verbi, quo mediante verbum, citra rem, modum temporis consignificat. Et secundum diversitatem huiusmodi, vel proprietatis, tempus per tres differentias distinguitur, scilicet, per praesens, praeteritum et futurum. Tempus praesens est modus significandi rem verbi, prout cadit sub differentiam praesentis temporis. Tempus praeteritum est modus significandi rem verbi, prout cadit sub differentiam praeteriti temporis. Tempus futurum est modus significandi rem verbi, prout cadit sub differentiam futuri temporis.

63 Et si instetur: Deus est; *Deus intelligit*; tamen esse et intelligere Dei non cadit sub aliquam differentiam temporis; ergo non semper verbum modum et differentiam temporis requirit. Respondetur, quod licet esse et intelligere Dei non cadant sub aliquam differentiam temporis, tamen cadunt sub aliquam differentiam aeternitatis, secundum nostram

necessário saber que, assim como na realidade extralingüística, o tempo é consequência do seu modo de ser da mesma maneira que algo que é medido resulta de sua medida. Assim, o modo do tempo é, de acordo com a sua essência, resultante do modo de ser, que é o modo da mudança e da sucessão.

Portanto, o tempo, como acidente do verbo, é o modo de significar accidental do verbo, mediante o qual o verbo, além de co-significar o sentido básico de uma expressão, co-significa também o seu modo do tempo. E segundo a diversidade de sua natureza ou propriedade, o tempo distingue-se por meio de três diferenças, a saber: por presente, pretérito ou futuro. O presente é o modo de significar a essência do verbo sob a diferença de tempo presente. O pretérito é o modo de significar a essência do verbo sob a diferença de tempo passado. O futuro é o modo de significar a essência do verbo sob a diferença de tempo futuro.

63 A seguinte objeção poderia ser levantada: “Deus é” e “Deus entende” são (afirmações) possíveis, embora nessas sentenças “ser” e “entender” não exijam uma diferença temporal. Portanto, o verbo nem sempre requer a diferenciação de modo e tempo. A essa objeção responde-se assim: apesar de que o ser e o entender de Deus não tenham uma diferenciação de tempo, têm, todavia, uma diferenciação de eternidade, de acordo com nossa apreensão, como

apprehensionem, ut dictum est superius.

Notandum, quod tempus non est accidens respectivum verbi, cum secundum ipsum non debeat ante se ad suppositum, nec post se ad obliquum. Potest tamen respectu adverbium temporalium dici accidens respectivum; quia incongrue dicitur, fortasse *Socrates currit cras*, vel *Plato disputat heri*. Et sic patent modi significandi verbi essentielles, et accidentales declarativi, qui sunt, et quot sunt, et a quibus proprietatibus oriuntur.

foi discutida anteriormente.

Deve-se observar que o tempo não é um acidente respectivo do verbo, uma vez que não depende nem do sujeito anteposto nem do objeto pós-posto. Apesar disso, é possível considerar o tempo do verbo como um acidente respectivo com respeito aos advérbios de tempo, porque seria incongruente dizer: *fortasse Socrates currit cras*, “Talvez Sócrates corra amanhã” ou *Plato disputat heri*, “Platão disputa ontem”.

Assim, fica explicado tanto a origem como quais e quantos são os modos de significar essencial e accidentais declarativos do verbo.

¹ Esta definição do verbo de TE, parte da diferença fundamental entre nomes e verbos: enquanto os nomes denotam entidades estáveis (permanentes) da realidade os verbos denotam as mudanças ou modificações a que essas entidades estão sujeitas. Por exemplo, na sentença “Pedro corre”, o nome “Pedro” faz referência a um existente estável (permanente) porque “Pedro” sempre se refere ao mesmo indivíduo no mundo. O predicado “corre” não se refere propriamente a um ser, mas a uma modificação sofrida por um ser e, portanto, não tem existência independente do nome que modifica. Assim, na teoria de TE, o nome é considerado o elemento independente e o verbo o elemento dependente de uma construção de tipo “nome + verbo”. Além disso, para TE, o verbo “dista” da substância, ou seja, a ação verbal é um desdobramento que vai além da existência básica denotada pelo nome, que no exemplo utilizado é o nome próprio “Pedro”.

Em sua ontologia, TE identifica as propriedades da permanência (estabilidade) e da mudança como as duas características fundamentais da realidade: as coisas são antes de se modificarem—o *ens* vem antes de *esse*. Dessas duas propriedades fundamentais são derivados os dois modos basilares da metalinguagem modista da G.E.: o modo de subsistir-por-si-mesmo, do nome, e o modo de distar-da-substância, do verbo. É dessa distinção fundamental entre nomes e verbos que TE deriva sua definição geral do verbo. Esse procedimento é compreensível com base na metafísica aristotélica adotada por TE. Na metafísica aristotélica existem várias distinções binárias que são utilizadas como parâmetros para o entendimento da realidade, dentre elas, por exemplo, podem ser citadas: matéria-forma, ato-potência, ente-ser, substância-acidente. TE aplica a distinção matéria-forma à diferenciação básica entre verbo e nome discutida acima. Para efeito de comparação, o verbo e o nome têm matéria (entendida como essência/natureza/ propriedade fundamental) completamente diferente: o verbo se refere às mudanças que ocorrem em um ente; o nome refere-se à permanência de um ente como igual a si mesmo.

² Da mesma maneira que TE utiliza-se da distinção matéria-forma para diferenciar o verbo do nome, aplica-a também na comparação e diferenciação entre o verbo e o particípio. Em latim, o particípio é um tipo de palavra de difícil classificação, pois apresenta características tanto nominais (adjetivas) quanto verbais. Por exemplo, o particípio latino *amans* pode ser traduzido tanto como “amante”, “que ama” quanto como “que está amando”. Assim, a sentença *Homo amans* pode ser traduzida como “O

amante”, “O homem que ama” ou “O homem que está amando”. De acordo com TE, o traço verbal do particípio deve-se ao fato de ele ter a mesma matéria do verbo. Essa matéria (ou essência) é identificada com o modo da mudança, que (vide nota 1) é essencial na diferenciação entre o verbo e o nome. Segundo TE, a diferença entre o verbo e o particípio diz respeito às formas dessas classes de palavras: embora o particípio possua a mesma matéria do verbo (o modo da mudança) ele possui forma diferente, que é sua característica em comum com os nomes adjetivos. Essa característica comum entre particípios e adjetivos é o que TE chama de modo de aderir-à-substância ou, simplesmente, modo de aderir. Portanto, o traço nominal do particípio seria sua forma específica que o diferenciaria do verbo.

³ Essa complementariedade entre os modos de ser, que o verbo tem em comum com o particípio, e de distar-da-substância, que distingue o verbo de todas as outras classes de palavras, é o que TE chama de modo da composição. Isso se explica, novamente, pelo fato de TE transpor para a gramática a distinção matéria-forma da metafísica aristotélica: a matéria do verbo (o modo de ser--*esse*) é complementada por uma distinção específica—o modo de distar—, que é a forma específica do verbo, porque o distingue de todas as outras classes de palavras.

⁴ Os pressupostos filosóficos dos modistas, que, de um modo geral, podem ser entendidos como embasados no aristotelismo medieval, restringiam-nos a contemplar apenas os dados acessíveis aos sentidos como elementos do discurso lingüístico e, conseqüentemente, como objetos de pesquisa gramatical. Isso criava um problema quando os itens lexicais analisados não parecem ser acessíveis aos sentidos. É o caso da inteligência e dos seres sobrenaturais, como Deus e os anjos, por exemplo. TE pergunta-se: como é possível utilizar o verbo, uma classe de palavras que faz referência à sucessão e à mudança, para falar de algo imutável? Na discussão a seguir, TE argumentará em prol da possibilidade do verbo predicar nomes que remetem a entidades atemporais.

⁵ Aristóteles escreveu o tratado intitulado “Sobre a geração e a corrupção” como complemento dos dois últimos livros de outro tratado, o “Sobre os céus”, que se constitui de quatro livros, em que Aristóteles trata da astronomia. O objetivo do “Sobre a geração e a corrupção” é demonstrar que existem dois princípios fundamentais no desenvolvimento de qualquer ser natural, a saber, seu vir-a-ser e seu não-ser. Além desses dois princípios fundamentais, entre o ser e o não-ser existiria também um poder-ser, um ser-em-potencial. Naturalmente, essa demonstração não poderia deixar de lado o papel do tempo: as coisas não “eram”, agora “são” e “serão” no futuro. Como o verbo é a classe de palavras que tem o tempo como traço distintivo básico, TE utiliza os conceitos de geração e corrupção da física aristotélica em sua teoria do verbo (1951, p.1).

⁶ Em sua obra “A consolação da filosofia”, Boécio dá a seguinte definição de eternidade: *Aeternitas...est interminabilis vitae tota simul et perfecta possessio* (1997, p.422), que traduzo como: “A eternidade é a posse perfeita e simultânea da vida completa e ilimitada”. A eternidade de Deus representava um problema lingüístico tanto para um teólogo quanto para um gramático medieval. Para o teólogo, o problema se resume na seguinte questão: se não há um discurso temporal a respeito de Deus, como falar sobre ele? Para o gramático, a pergunta é: se é necessário abranger toda a realidade em uma teoria lingüística semanticamente válida, i.e, universal, como dar sentido para uma linguagem em que as palavras não possuam traço de tempo? TE propõe que é possível falar de realidades extra-temporais com base na realidade temporal do cotidiano, apesar de que isso represente um discurso imperfeito. De qualquer forma, ele não entende essa imperfeição do discurso humano como algo negativo, já que a perfeição pertence somente a Deus, que, em última instância, é inefável. Portanto, segundo TE, haveria um discurso “aproximado” para se falar de Deus e isso já bastaria para os propósitos do gramático.

⁷ O tratado que traz por título “A Física”, de autoria de Aristóteles, trata dos elementos intrínsecos que constituem os corpos naturais: sua matéria e sua forma. A matéria de um corpo é entendida como o substrato que permanece apesar das mudanças a que esse corpo é submetido. A forma é o elemento que determina o tipo de mudanças que esse corpo pode sofrer. É nesse livro que Aristóteles introduz seu famoso sistema de quatro causas ou princípios: material, formal, eficiente e final. É também na física que se encontram as idéias aristotélicas sobre o movimento e suas implicações (1993, p.60).

⁸ Tipos especiais de corpos materiais são discutidos por Aristóteles em dois tratados: “Sobre o céu” e “A meteorologia”. Como o nome sugere, neste último são apresentados todos os fenômenos celestes. Aristóteles chama todos esses fenômenos de “meteoros”. Assim, por exemplo, a chuva, a neve, o trovão e os meteoros são todos chamados de meteoros. Segundo Aristóteles, esses fenômenos são formados a partir de misturas dos quatro elementos (fogo, ar, terra e água), por isso, ele também os chama de “mistos”. Essas formações se devem à influência dos corpos celestes, principalmente do sol. O calor do sol provocaria na terra uma espécie de exalação, de dois tipos: uma seca, da terra, e outra úmida, da água. A interação entre o calor do sol, a secura da terra e o frio da água misturaria essas exalações em diferentes proporções e daria origem à chuva, ao vento, ao relâmpago, etc (1976, p. viii). O relâmpago é tido como o corpo que mais rapidamente é gerado e em seguida se corrompe. Alguns acreditavam que se tratava de um fenômeno instântaneo. Essa, no entanto, não é a opinião de TE, para quem o relâmpago é um corpo material que, como todos os outros corpos naturais, está submetido aos mesmos processos de geração e corrupção.

⁹ O modo de um-ente ou modo de estar-por-si-mesmo (que também pode ser traduzido como “modo de subsistir-por-si-mesmo” ou simplesmente como “modo de estar”) é a característica essencial do nome. O nome é entendido pelos modistas como o substituto lingüístico de uma substância da realidade. Uma substância, no sentido realista moderado dos modistas, é qualquer entidade que seja acessível aos sentidos ou ao intelecto. Assim, tanto um teorema da matemática quanto uma cadeira tem o mesmo estatuto ontológico para os modistas. Nesse trecho, TE declara que o modo de distar do verbo é proporcional ao modo de estar do

¹⁰ A propriedade da essência determinada é característica das entidades reais que são apreensíveis pelos sentidos ou pela inteligência. Quando TE afirma que o modo de estar-por-si-mesmo, do nome, e de distar-da-substância, do verbo, derivam-se da propriedade da essência determinada, ele refere-se a uma característica fundamental da realidade (o fato das coisas serem determináveis (finitas)), o que determina o modo de estar-por-si-mesmo do nome e o modo de distar-da-substância do verbo. Assim, se, por um lado, o modo de estar-por-si-mesmo do nome é a maneira (modo) por meio de que o nome denota a propriedade da essência determinada das coisas reais; por outro lado, o modo de distar-da-substância é a maneira (modo) por meio de que o verbo denota a propriedade da mudança e da sucessão de eventos por que passa uma entidade real. As essências determinadas são equivalentes a todos os nomes genéricos: o homem (no sentido de humanidade), o cavalo, a mesa, a inteligência, a brancura, a felicidade, etc.

¹¹ De acordo com a ontologia aristotélica que os modistas assumem, todas as propriedades de cada entidade real podem ser classificadas em dez categorias gerais. Essas categorias gerais dividem-se em substância (a categoria principal que qualifica a entidade como membro de uma classe genérica: “o homem”, “o leão”, “a mesa”, etc.), e em nove acidentes da substância: quantidade, qualidade, relação, tempo, lugar, posição, condição, ação, paixão. Os nove acidentes da substância são as propriedades fundamentais que cada substância particular possui: sua localização (lugar), seu agir (ação), as ações que sofre (paixão), sua relação com outras substâncias (relação), etc. Para se saber se algo é ou não é uma substância, basta que dois atributos desse algo possam ser classificados de acordo com dois dos nove acidentes. Por exemplo, se é possível afirmar que um homem “mora em Atenas” (lugar) e “faz belos discursos” (ação), tem-se o preenchimento das condições necessárias para determinar que esse homem é uma substância. Os modistas chamam as propriedades que podem ser classificadas de acordo com as dez categorias de modos-de-ser (*modus essendi*). Para cada modo de ser (*modus essendi*), ou propriedade (*proprietas rei*), existe um modo dessa propriedade ser entendida (*modus intelligendi passivus*) e também um modo dela ser significada (*modus significandi passivus*). Uma vez que muitos atributos podem se encontrar em uma mesma substância, é apenas razoável que haja um número equivalente de modos desses atributos serem entendidos pela mente e significados pela linguagem. Como se discutiu acima, todos esses atributos podem ser reduzidos às dez categorias aristotélicas. Na teoria modista, as metaclases lingüísticas (os modos gerais de significar) correspondem a cada uma dessas categorias. Por exemplo, o modo da essência determinada é equivalente à categoria da substância.

Portanto, já que uma mesma coisa pode ter várias propriedades e, portanto, ser entendida e significada de diversas maneiras, logo, uma mesma coisa pode ter vários modos de significar (*modi significandi*). A substância “amor”, por exemplo, pode ser significada pelo nome comum “amor” e, assim, receberá seu sentido lingüístico básico por meio do modo de estar-por-si-mesmo, i.e., o sentido de “amor” como um gênero abstrato. A mesma substância pode ser entendida como um ente particular, por exemplo, “o amor de Carlos por Fernanda”. Nesse caso, “amor” é significado por meio do modo da essência-determinada. Além disso, o item “amor” tem também uma propriedade relacional e, assim, pode ser significado por meio do modo-de-aderir-à-substância-de-outro, de que se derivará o adjetivo “amoroso”. “Amor” também pode ser entendido verbalmente, já que a substância “amor” possui a propriedade do ser e da mudança ou sucessão no tempo. Dessa forma aos outros modos de significar “amor” pode-se adicionar o modo da mudança, ou modo do ser, que é o modo verbal e, assim, por meio desse modo, deriva-se um verbo: “amar”. Portanto, na teoria modista, a divisão das palavras em classes é processo é estritamente semântico: cada item lexical é entendido como a atualização de um sentido que corresponde ao conjunto das propriedades reais da entidade que essa palavra denota. Essa atualização ocorre prioritariamente na contribuição semântica de cada palavra que entra na construção de uma sentença.

¹² A diferença entre o modo de aderir-à-essência-do-outro e de aderir-ao-ser-do-outro é que, enquanto a essência representa o aspecto individual e permanente de uma entidade, o ser da entidade representa tanto sua existência quanto as mudanças que a atingem. Portanto, se, por um lado, a essência de uma entidade é denotada pelos nomes, o fato dessa entidade existir (seu ser), é, por outro lado, denotado pelos verbos e participios. Por isso, o modo de aderir-à-essência-do-outro é próprio dos nomes adjetivos e o modo de aderir-ao-ser-do-outro é próprio dos verbos e participios. O “outro”, nesses dois casos, é o nome que é acompanhado por um adjetivo, um participio ou um verbo e que é o correlato lingüístico de uma entidade real.

¹³ Segundo a teoria modista, o participio acrescenta um novo sentido a um sentido básico de um item lexical (como o sentido de “amor”, por ex.). Segundo os modistas, essa aderência semântica se dá por meio do modo de aderir-ao-ser-de-outro. O modo de aderir-ao-ser-de-outro capacita o participio tanto a aderir a um nome, e funcionar como adjetivo desse nome (modo de aderir-a-outro), quanto expressar uma propriedade verbal a respeito desse nome: uma modificação na substância (modo da mudança). Portanto, o participio tem características tanto nominais quanto verbais. TE utiliza o traço nominal do participio para diferenciá-lo do verbo. De fato, o traço nominal é a forma do participio que se opõe à forma do verbo, que é o modo de distar-da-substância, i.e., o modo de ser diferente do nome (que corresponde à ausência do traço nominal no verbo). Por exemplo, no sintagma nominal: “A moça adormecida”, o participio “adormecida” é ao mesmo tempo um adjetivo e um elemento verbal, pois tanto expressa a ação do verbo que se diferencia do sujeito (“A moça dorme”), quanto um fator accidental que adere à substância básica “moça”: “adormecida”. Diferentemente, em “A moça dorme”, o verbo “dorme” ao não possuir traço nominal, simplesmente denota a existência e uma mudança de estado de uma entidade.

¹⁴ O verbo “ser” a que TE se refere nesse trecho é o verbo “ser” com sentido existencial do latim. Por exemplo, a sentença *Petrus est* deve ser traduzida como “Pedro existe” e não como “Pedro é” (quando o verbo *esse* (ser) acompanha um sujeito e não é seguido de complemento tem o sentido de “existir”). Nessa passagem, TE procura refutar o argumento de que o verbo “ser” em frases como *Petrus est* não tem o modo de distar-da-substância, já que *Petrus est* (“Pedro existe”) e *Petrus* (“Pedro”) significam a mesma coisa, ou seja, são expressões sinônimas que fazem referência ao mesmo indivíduo no mundo: *Petrus*. Além disso, de acordo com o mesmo argumento, se *est* (existe) se distanciasse (i.e., fosse diferente) de *Petrus*, *Petrus* seria um não ente, não existiria. Trata-se, portanto, de um argumento que se origina dos pressupostos metafísicos que sustentam a teoria dos modistas. TE refuta esse argumento de três maneiras: 1) *Petrus* e *est* são, respectivamente, sujeito e predicado, não em sentido físico, mas em sentido gramatical; logo, lingüisticamente, *Petrus* e *est* são essencialmente diferentes. Portanto, em sentido gramatical, o verbo *esse* dista (distingue-se) do seu sujeito. Todavia, essa diferença de essências é meramente lingüística e, assim, não há diferença real entre o indivíduo denotado pelo nome próprio *Petrus* e sua existência no mundo, que é denotada por *est*. TE explica

essa diferença essencial em termos da distinção matéria-forma: na sentença *Petrus est*, por exemplo, enquanto o nome próprio *Petrus*, porque denota um referente no mundo de maneira direta, é o aspecto material da sentença, o que, sintaticamente, equivale ao sujeito da sentença. O verbo *est* (“é”), por sua vez, denota o referente do ponto de vista de sua existência e, portanto, é o aspecto formal da sentença e, sintaticamente, equivale ao predicado dessa sentença. 2) De acordo com a metafísica medieval, o fato de uma coisa ser isto ou aquilo—por exemplo, ser “esta cadeira” ou ser “aquele livro”—supõe que, antes de serem isto ou aquilo, essas coisas devem primeiramente existir. Portanto, segundo a metafísica medieval, uma coisa e o existir dessa coisa são duas realidades distintas. Com base nessa interpretação da realidade, TE afirma que o verbo “ser” com sentido existencial difere do sujeito que predica e, portanto, denota uma propriedade real por meio do modo de distar-da-substância. 3) Finalmente, o terceiro contra-argumento de TE é, de fato, uma espécie de reiteração resumida do primeiro contra-argumento: o nome e o verbo *esse* (“existir”) são entidades lingüísticas (formais) e, portanto, a distinção entre eles pode ser considerada meramente formal (gramatical) e não necessariamente metafísica.

¹⁵ A classe do verbo substantivo compreende um único elemento: o verbo “ser” (*sum*). O verbo substantivo é assim denominado por duas razões: 1) porque denota a existência da substância que designa: *Petrus est* (“Pedro existe”); 2) porque, além de denotar o “existir” de uma entidade, também pode receber um complemento e especificar o sujeito sintático que faz referência a essa entidade. Dessas duas razões, a segunda, que compreende a primeira, é usada por TE para justificar o estabelecimento do modo substantivo como um dos três modos subalternos do verbo. Para se entender melhor como TE entende o verbo substantivo (*esse*), atente-se para o seguinte exemplo: a sentença “Pedro é pedreiro” pode ser interpretada como “Pedro existe e é pedreiro” (de fato, sentenças do tipo “N (nome) é N (nome)” podem ser interpretadas como “N existe e é N”); isso significa que o nome e o verbo que compõe a primeira parte desse período, “Pedro é (existe)” equivalem a uma única expressão: “Pedro”. Portanto, “pedreiro” predica o nome “Pedro” juntamente com o verbo “existe”, como se se tratasse de um só elemento nominal: “Pedro”. Além disso, o verbo “existe/é” especifica o sujeito: “...é pedreiro”. Segundo TE, o fato de “existe/é” ser predicado juntamente com o sujeito e, ao mesmo tempo, especificar esse sujeito faz dele um verbo substantivo, uma vez que receber predicação é uma característica fundamental do sujeito. Para De verdade, para TE, o verbo *est* (“existe/é”) é um verbo substantivo em virtude desse verbo especificar a existência específica do sujeito, i.e., de apontar para um tipo específico de existência do sujeito. No caso do exemplo acima, “é” especifica o fato de “Pedro” existir e de existir como “pedreiro”, i.e., “pedreiro” é a especificação da existência de “Pedro” nessa sentença. Em outras palavras o verbo “ser” é o sinal de igualdade que tanto possibilita a afirmação da identidade de uma substância, $a = a$, quanto a sua identificação, $a = b$. Portanto, uma vez que “ser” tanto denota o existir de uma substância quanto suas possíveis especificações, TE chama esse verbo de verbo substantivo.

¹⁶ TE considera “ser” como o mais geral dos verbos. Nisso, Erfurt baseia-se no princípio da metafísica medieval segundo o qual todas as coisas (sejam elas cadeiras ou computadores) tem em comum o fato de existirem. Todavia, o fato das coisas serem x ou serem y leva, segundo essa mesma interpretação, à conclusão de que o “ser” é especificado em cada entidade. Essa especificação seria replicada na linguagem e o verbo “ser” seria, ao mesmo tempo, o verbo mais geral e o mais específico de todos os verbos. Nesse sentido, para TE, o verbo ser, que ele chama de verbo substantivo, é “especificável por qualquer especificador que o especifique”.

¹⁷ A seguir, TE apresentará os modos especiais do modo subalterno adjetivo. O modo adjetivo é o único dos três modos subalternos que se subdivide em modos especiais (ou específicos). Os outros dois modos subalternos são o modo substancial (com um único representante: “ser”) e o modo vocativo (que inclui os verbos de chamamento, como *vocor*, “chamo”). Os quatro modos especiais do modo adjetivo são: o modo ativo, passivo, comum e neutro. Em terminologia atual, os quatro tipos de verbo que são abrangidos por esses quatro modos especiais são: o verbos transitivo ativo (modo ativo), transitivo passivo (modo passivo), transitivo ativo e passivo (modo comum) e intransitivo (modo neutro).

¹⁸ Existe uma noção da metafísica medieval que é vital para a compreensão dessa passagem: a noção de privação. Segundo a corrente da filosofia medieval a que os modistas aderem, o realismo, não existe o nada ontológico absoluto. Isso porque não faz sentido dizer que o “nada” existe ou não existe. Portanto, a metafísica dos modistas e, em consequência, sua teoria gramatical, baseia-se no princípio de que só existem seres reais (positivos) e que a linguagem só se refere a esses. Nesse sentido, expressões como “nada”, “unicórnio”, “cegueira”, etc. ou se referem a compostos de imagens reais que a imaginação mescla a partir da memória visual (o unicórnio é um misto de cavalo e de carneiro), ou se referem à ausência em uma entidade de uma propriedade real que normalmente deveria estar ali, mas não está. Os medievais chamam esta ausência de *privatio* “privação”. A cegueira é o exemplo medieval clássico: a palavra “cegueira” não faz referência a nenhum ser real (positivo), mas sim à privação de uma realidade: a visão. Portanto, “cegueira” faz referência a um conjunto de circunstâncias (*habitus*) que normalmente é identificado com a falta de visão e não com um ser específico.

As duas propriedades positivas mais notáveis nos verbos são sua capacidade de significar a ação de um agente sobre um objeto e o sofrimento dessa ação por parte desse objeto. TE identifica a ação e a paixão ou com o gênero masculino ou com o feminino, porque agir e sofrer uma ação são vistos por ele como traços fundamentais, respectivamente, do macho e da fêmea. Gramaticalmente, isso significa que os nomes masculinos transmitem a idéia de agir e os femininos de sofrer ações. Os nomes neutros, por sua vez, não se referem nem ao agir nem ao sofrer ações. Da mesma forma que os nomes neutros, os verbos intransitivos não significam nem a ação nem a paixão. Logo, para os modistas, os verbos neutros (intransitivos), assim como os nomes neutros, estão privados dessas duas propriedades fundamentais. Por isso, TE declara que, como no caso das privações de um ser (bem)—na cegueira e na surdez, por exemplo—, o verbo neutro está privado tanto do modo de significar a ação quanto do modo de significar a paixão.

¹⁹ O verbo neutro, que corresponde ao verbo intransitivo, restringe o nome a um de seus significados. Por exemplo, uma sentença como “Pedro corre”, o verbo pode ser reduzido à cópula e disso se obtém outra sentença com o mesmo significado: “Pedro é corredor”. Isso significa, em termos modistas, que o verbo transitivo é uma especificação (“o ser especial”) de um nome. Essa especificação é entendida como uma restrição do significado desse nome.

²⁰ Enquanto o verbo neutro (transitivo) representa uma restrição (especificação) do ser do nome que acompanha, o verbo substantivo predica esse nome irrestritamente. Por exemplo, o verbo “ser”, em uma sentença como “Pedro é...”, funciona como um sinal de igualdade que pode ser seguido de um número irrestrito de propriedades do nome “Pedro”.

²¹ A ligação (composição) entre nome e verbo é uma propriedade acidental do verbo. O termo “acidental”, na gramática de GE, equivale à “sintático” ou “funcional”. Em outras palavras, a composição é uma propriedade sintática (funcional) do verbo e não uma característica essencial para o entendimento do verbo como classe de palavras.

²² Como todo verbo pode ser reduzido à cópula, o verbo “ser” inerente em qualquer verbo, serve de ligação entre o nome e o verbo em uma construção básica de tipo nome-verbo. No trecho acima, TE afirma que o ser do nome (o outro da construção básica nome-verbo) está inerente no verbo justamente por este possuir, por meio de sua redução à cópula, o verbo ser de maneira intrínseca.

²³ A composição faz a ligação, i.e., a ponte, entre o modo da independência, do nome (o modo de estar por si mesmo), e o modo de distar da substância, do verbo.

²⁴ Enquanto a composição representa uma relação geral entre o nome e o verbo que o acompanha, a qualidade da composição especifica o tipo de composição que ocorre entre um verbo e um nome em uma dada construção. A composição pode ser indicativa (modo indicativo), imperativa (modo imperativo), subjuntiva (modo subjuntivo), etc. TE chama o modo da composição de qualidade. O termo qualidade, na filosofia medieval, era sinônimo de “forma”, portanto, os modos do verbo, na construção básica “nome-verbo”, são as formas de sua ligação com o nome.

²⁵ TE explica a derivação verbal por meio do modo de significar da forma. Esse modo é, portanto, um modo derivacional do verbo.

²⁶ DONATUS (1961, p.356)

²⁷ DONATUS (1961, p.359) e PRISCINANUS (1961, p. 373, livro VIII)

²⁸ O verbo transitivo direto pode ou não ter um objeto explícito. Assim, em uma sentença com verbo transitivo direto o objeto pode estar explícito ou apenas implícito.

²⁹ A voz do verbo é uma definição formal porque ela é a manifestação da matéria da significação. Isso quer dizer que a significação é a matéria da ligação entre o verbo e o objeto que lhe é pós-posto e que a voz é apenas a forma, a maneira como essa matéria se manifesta.

³⁰ Verbos de voz neutra são verbos como “nascer” e “viver” que não exprimem ação ou paixão propriamente.

³¹ DONATUS (1961, p. 359-60)

³² Para TE, não é o aspecto “físico” do verbo, i.e., sua terminação, que exprime seu caráter (sua voz) ativo (-a), passivo (-a) ou neutro (-a). O que determina essas características são os modos de significar do verbo e esses traços semânticos precedem quaisquer de suas expressões físicas (sonoras). Para comprovar sua tese, TE cita verbos que tem formas passivas ou ativas, mas expressam significados que contradizem essas formas. Por exemplo, enquanto os verbos depoentes apresentam traços morfológicos da voz passiva, seu significado tanto pode ser ativo quanto passivo; verbos como “respirar” e “nascer”, por sua vez, têm formas ativas, mas expressam significados neutros.

³³ Assim como o modo da composição, que se baseia na cópula verbal, é a explicação material da ligação entre o sujeito e o verbo, o modo da significação é a explicação material da ligação entre o verbo e o objeto. E assim como o modo do verbo é a qualidade (a forma) da composição, a voz do verbo é a qualidade (a forma) da significação. TE considera esses dois modos materiais (a composição e a significação) como complementares, i.e., proporcionais, um ao outro. Essa idéia de proporção na teoria do verbo de TE faz transparecer a preocupação de simetria estética que era muito cara aos pensadores medievais.

³⁴ TE considera a construção “nome + verbo” como a construção mínima: a construção mais básica de toda a sua teoria do verbo. Tal construção pode estar implícita em uma expressão verbal intransitiva como (*ego*) *curro*, “(eu) corro”. Todas as outras construções sentenciais são combinações dessa construção básica.

3 CONCLUSÃO

A conclusão geral que se pode tirar desse trabalho é que ainda há muito que se pesquisar sobre a influência do aristotelismo no desenvolvimento dos estudos da linguagem desde os modistas.

Particularmente, tem-se a impressão de que o uso da lógica aristotélica como ferramenta de trabalho para operar as diversas distinções que TE faz em sua gramática merece um estudo mais aprofundado. Além disso, como os modistas fundamentam sua compreensão da relação tripartite linguagem-mente-mundo nos princípios da metafísica aristotélica, é fundamental um aprofundamento no conhecimento da relação entre esses princípios e a maneira como são empregados não só na *G.E.*, mas também nas outras gramáticas modistas. Assim, um maior aprofundamento na pesquisa das gramáticas modistas inclui duas frentes de trabalho: por um lado, um estudo das aplicações que os modistas fazem da lógica aristotélica em sua pesquisa dos fenômenos da linguagem e, por outro lado, uma pesquisa mais aprofundada da sua utilização de determinadas noções da metafísica medieval, como, por exemplo, de distinções do tipo matéria-forma, ato-potência, substância-acidente, etc. Para efetuar esses estudos, nada melhor do que uma pesquisa comparativa entre as gramáticas modistas atualmente editadas e um maior aprofundamento no aspecto viés das obras do próprio Aristóteles.

Uma conclusão específica que a que se pode chegar no final desse trabalho é que a complexidade da teórica do sistema modista chega a tal ponto que sua adequação explanatória se vê minada por seu excesso explanatório. Isso é facilmente observável no número extremamente grande de modos de significar, que, aparentemente, tendem *ad infinitum*. Esse ímpeto explicativo talvez seja o ponto negativo mais claramente identificável na *G.E.*

Outra provável desvantagem da abordagem modista de TE é o seu uso exclusivo do latim como fonte de exemplos para suas discussões dos problemas universais da linguagem. Isso se deve ao fato de TE, assim como os outros gramáticos modistas, pensarem que a gramática latina (assim como a grega) estivesse mais próxima da gramática universal do que as línguas vulgares. Portanto, o latim seria um modelo mais fiel aos princípios da gramática universal do que o francês antigo, por exemplo. Infelizmente, isso pode fazer com que as particularidades do latim sejam confundidas com os fatos comuns a todas as línguas. Contra esse argumento, pode-se opinar que os modistas, ao empregarem a língua latina para

as suas pesquisas lingüísticas estavam apenas fazendo uso da língua que melhor conheciam para esse empreendimento. De qualquer forma, somente estudos mais avançados sobre esse assunto permitiriam chegar a uma ou a outra conclusão.

Ao lado do nome, o verbo é a classe de palavras mais importante da gramática modista. Tomás de Erfurt dedicou especial atenção para essa classe e implementou uma teoria do verbo realmente inovadora para o seu tempo. Em sua teoria, Tomás de Erfurt utilizou os acidentes da composição e da significação como contrapesos sintáticos em sua explicação do funcionamento dos verbos nas sentenças. É possível pensar em um trabalho futuro em que se levasse em conta apenas esse aspecto da teoria do verbo na gramática de Tomás de Erfurt. Tal estudo teria de levar em conta tanto o pensamento de outros modistas sobre o verbo quanto desenvolvimentos posteriores desenvolvimentos na teoria do verbo, especialmente o tratamento que lhe é conferido pelas atuais gramáticas de dependência.

Como trabalho futuro pretende-se traduzir o restante da Gramática Especulativa de Tomás de Erfurt, bem como escrever um estudo introdutório que contemple mais a fundo tanto as outras seis partes do discurso (o verbo, o particípio, o advérbio, a preposição, a interjeição e a conjunção) quanto à sintaxe dos modistas. No presente trabalho, a sintaxe e as outras partes do discurso foram tratadas superficialmente e apenas em sua relação com a classe dos verbos. Para um estudo que faça jus a uma tradução do texto integral da Gramática Especulativa, será necessária a leitura de uma quantidade maior de obras especializadas, uma melhor familiaridade com as soluções que Tomás de Erfurt e os outros modistas propõem para os problemas lingüísticos que abordam e um aprofundamento nas teorias atuais que buscam dar respostas para esses mesmos problemas.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Sobre la interpretación*. Madrid: Gredos, 1995.

ARISTOTLE. *Categories, On Interpretation, Prior Analytics*. London: Harvard University Press, 1986.

ARISTOTE, *De la génération et de la corruption*. Trad. J. Tricot, Paris, J. Vrin, 1951.

ARISTOTE, *Les Météorologiques*, trad. J. Tricot, J. Vrin, 1976, Paris.

BACON, Roger. *Summa grammatica*. Oxford: R. Steele, 1909. Fasc. 15

BARNES, J. (EDITOR). *The Cambridge Companion to Aristotle*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 27-168.

BURSILL-HALL, G. L. *Grammatica Speculativa of Thomas of Erfurt*. London: Longman: 1972. p.1-126

_____. *Speculative grammars in the middle ages: The Doctrine of the Partes Orationis of the Modistae*. The Hague-Paris: Mouton, 1971.

BOETHIUS, A. M. S. *Theological tractates; Consolation of philosophy*. Cambridge-London: Harvard University Press, 1997.

CHAPANSKI, Gissele. *Uma tradução da Tékhne Grammatiké, de Dionísio Trácio, para o português*. Dissertação de Mestrado do Departamento de Línguas Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003.

CONCHES, William. *De philosophia mundi libri quatuor*. Paris: J.P. Migne, 1854, v. 172. *Patrologiae cursus completus, series latina*.

COVINGTON, M. A. *Syntactic theory in the high middle ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

DONATUS. *Ars Minor*. Wincosin: University of Wincosin Press, 1969.

_____. *Ars Grammatica*. Leipzig: ed. H. Keil, *Grammatici Latini*, vol. iv, 1864.

ERFURT. Tomás. *Gramática Especulativa*. Buenos Aires: Losada, 1947.

PRISCIANUS. *Institutionum Grammaticarum Libri XVIII*. Leipzig: ed. H. Keil, *Grammatici Latini*, II-III, 1864.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

DE LIBERA, Alain. *A Filosofia Medieval*. São Paulo: Loyola, 1998.

DUNS SCOTUS/WILLIAM OF OCKHAM. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril, 1989.

GILSON, Etienne. *A Filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
p. 465-816.

GRABMANN, Martin. *Filosofia Medieval*. Barcelona: Labor, 1949.

HARRIS, Roy; TAYLOR, T., J. *Landmarks in Linguistic Thought*. Londres: Butler & Tanne, 1994. p. 75-85.

NEVES, M. H. De Moura. *A Vertente Grega da Gramática Tradicional*. São Paulo: Hucitec, 1987.

NUCHELMANS, Gabriel. *Theories of the Proposition: Ancient and Medieval Conceptions of the Bearers of Truth and Falsity*. Amsterdam: North-Holland, 1973.

_____. *Some remarks on the role of mental sentences in medieval semantics*.
Histoire Épistémologie Langage, tome 14, fascicule II, 1992.

QUINTILIAN : *Institutio Oratoria*. London : Heinemann, 1920.

ROBINS, R. H. *Ancient and Medieval Grammatical Theory in Europe*. London, 1951.

_____. *Pequena História da Lingüística*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

ROSIER, Irène. *La Notion de Partie du Discours dans la Grammaire Speculative*. Histoire épistémologie Langage, tome 3, fascicule 1. 1981

ANSELMO/ ABELARDO. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril, 1979.